Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2009/2013

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 19 de dezembro de 2012

Ata N.º 29

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e doze, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um – Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro

Ponto Dois – Orçamento 2013 e Grandes Opções do Plano 2013-2016

Ponto Três – Empréstimo de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros

Ponto Quatro – Autorização prévia nos termos da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso)

Ponto Cinco – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear – Lei nº 49/2012, de 29 de agosto

Ponto Seis – Mapa de Pessoal para o ano de 2013

Ponto Sete – Abono de despesas de representação ao pessoal dirigente/artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto

Ponto Oito – Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Município de Palmela para o mandato 2009/2013 – atualização

Ponto Nove – Contrato-Programa de indemnizações compensatórias pela gestão dos equipamentos desportivos municipais entre a Câmara Municipal de Palmela e a Palmela Desporto, EEM para o ano de 2013

Ponto Dez – Demissão da condição de associado do Município de Palmela – LPCS, AMCH e OICI

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e por Simplício Joaquim Guerra Piteira, 1º. Secretário

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Mário Chitas Lança da CDU
- Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU
- Julieta da Fonseca Rodrigues do PS

- Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PSD
- Ana Catarina Diaz Y Pais Sartóris de Lima do BE

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente
- Sr. Vereador Álvaro Amaro
- Sra. Vereadora Adília Candeias
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador Luís Miguel Calha
- Sr. Vereador José Carlos de Sousa
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Coelho

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** dá conhecimento ao Plenário que:

- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa** justificou a ausência, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada.

  Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontra presente.

- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim** justificou a ausência, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada.

- **Sra. Julieta da Fonseca Rodrigues** justificou a ausência por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato procedeu-se à tomada de posse do **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que ficará apensa à presente, foi considerado empossado no cargo.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à aprovação a minuta das Atas número dezoito, número dezanove e número vinte, datadas de vinte e nove de setembro de dois mil e onze, de vinte e oito de novembro de dois mil e onze e dezasseis de dezembro de dois mil e onze, respetivamente, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas.

Foi dada a palavra aos Senhores Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

Sr. José Cardoso do PSD:

"Gostaria de fazer uma pequena retificação à ata número dezanove. Na minha intervenção a páginas quatro, segundo parágrafo, onde se lê *erradicar* deverá ler-se r*eivindicar*."

Feita a retificação e não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca as atas à aprovação tendo sido aprovadas, por unanimidade, com 22 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS, 1 do PSD, 2 do CDS/PP).

Período de Intervenção dos Munícipes

Sr. Presidente da Mesa:

"Uma vez que se trata de sessão ordinária haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção, pelo que pergunto se algum Sr. Munícipe pretende intervir."

Sr. Bruno Grazina, em nome da Juventude Socialista de Palmela**:**

[por deficiência do sistema de gravação não é possível apresentar o início da intervenção]

"...considerando as cidadãs e os cidadãos como números e não como pessoas é cada vez mais importante que as autarquias se demarquem desta praxis.

Neste sentido, minhas senhoras e meus senhores, queremos alertar-vos para o peso da responsabilidade que terá a votação do Orçamento da Câmara Municipal de Palmela. Um orçamento que não contempla o princípio de equidade intergeracional e que deixa uma pesada herança à nossa geração e às gerações vindouras. Este documento terá influência direta e indireta na vida dos munícipes e a recomendamos que seja a população e os seus interesses que as senhoras e os senhores tenham presentes na hora da votação.

As condições geradas nos últimos tempos tem levado a um empobrecimento do país e entendemos que mais austeridade não é o caminho, o que nos leva a qualificar o aumento do IMI como um erro que pode ser fatal para o município. Esta opinião é partilhada a nível nacional pelo Partido Comunista pela voz do seu líder parlamentar Bernardino Soares que se refere a um aumento brutal do IMI em declarações feitas em Beja, à margem das jornadas parlamentares do PCP. Por seu lado o vereador comunista Ruben de Carvalho elogia a recente redução das taxas de IMI, Derrama e IRS, em Lisboa, referindo que esta resulta num real benefício para a população e que é tanto mais importante quanto compensa um pouco as medidas de austeridade e beneficia genericamente todos os habitantes da capital. Infelizmente o PCP a nível concelhio não parece partilhar desta opinião e insiste em prosseguir em sentido contrário. Conclui-se que o entendimento do PCP sobre estas matérias se aplica apenas aos concelhos que não são geridos pelo próprio PCP. O Partido Comunista diz assim aos munícipes que o acréscimo de receita pela via de impostos e taxas é bem-vinda mesmo que esse acréscimo seja feito à conta dos sacrifícios dos cidadãos já tão fustigados com as medidas de austeridade brutais que sufocam a economia. O Governo pede aos jovens que emigrem. Pergunto se o PCP aqui com estas políticas em Palmela quer que os jovens se mudem para outros municípios onde encontrem mais e melhores condições. Lamentamos a falta de coerência do Partido Comunista Português e deixamos votos de que, futuramente, o PCP consiga manter a coerência e pautar a sua agenda política pela real defesa dos interesses do povo.

Conscientes de que a austeridade não nos leva a bom porto, e que é preciso soluções práticas e concretas para os problemas e tendo identificado vários, nomeadamente ao nível da emancipação e habitação jovem, vimos por este meio sugerir uma forma alternativa de utilização do arrendamento como solução destes problemas. Tendo em conta a necessidade de recuperação das habitações desabitadas ou que carecem de obras de recuperação, a necessidade da melhoria das condições de habitabilidade e a criação de novos espaços de habitação, a carência de meios por parte dos proprietários de imóveis vagos ou deteriorados o que impossibilita a sua recuperação e consequente utilização como habitação, a existência de famílias carenciadas e jovens que procuram casa própria e sem apoios nunca poderiam ter uma habitação condigna, a existência de um imperativo programático constitucional relativo ao direito à habitação, consagrado no artigo sessenta e cinco da Constituição da República Portuguesa, que deverá ser tido como objetivo essencial nas autarquias, como poder local e em contato direto com os cidadãos, e a perda de habitantes nos centros históricos das cidades. A solução poderá passar pela criação de um programa de apoio ao arrendamento urbano procurando estabelecer acordos de colaboração entre as três partes envolvidas, isto é

a autarquia, o proprietário do imóvel e o arrendatário, sendo que um possível acordo poderia conter os objetivos de todas as partes e os compromissos necessários de modo a permitir que os mesmos sejam suportados não apenas pela autarquia mas por todas as partes. Ao apurarmos os objetivos das partes, podemos enumera-los deste modo:

Objetivos da autarquia:

- recuperação do imóvel e criação de condições de habitabilidade no mesmo;

- restituição do dinheiro investido na recuperação do imóvel;

- estabelecimento duma nova família na autarquia;

- criação de habitação para famílias jovens ou carenciadas;

- recuperação do parque habitacional.

Objetivos ao nível do proprietário do imóvel:

- recuperação do imóvel e criação de condições de habitabilidade no mesmo;

- criação de uma fonte de rendimentos através do imóvel.

Objetivos ao nível arrendatário:

- ocupação de uma habitação condigna;

- permanência numa zona desejável, o que de outra forma não seria possível face à inexistência de imóveis a um custo suportável para os mesmos;

- renda de valor acessível;

- possível negociação de alternativas ao pagamento da renda, aqui sugerimos o trabalho a favor da autarquia que também pode ser um mecanismo de abater o valor da renda.

Neste modelo que aqui apresentamos, como acordo de colaboração, as obrigações decorrentes dos objetivos apresentados serão os seguintes:

Para a autarquia:

- realizar o investimento na recuperação do imóvel;

- encontrar famílias que se queiram estabelecer na autarquia para ocupar o imóvel em questão;

- contratualizar, se necessário e aplicável, formas alternativas de pagamento de rendas como já referi com trabalho a favor da autarquia a ser descontado no valor da renda.

Para o proprietário:

- ceder o uso do imóvel em questão à autarquia até que a mesma recupere o valor despendido na recuperação do mesmo, através das rendas que a mesma irá receber. Esta cedência face à sua natureza implicará a isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre Imóveis pelo proprietário, que poderia ser também uma sugestão que nós fazemos;

- autorizar as obras de recuperação do imóvel de forma a permitir a sua habitabilidade.

Para o arrendatário:

- realizar o pagamento das despesas inerentes ao uso do imóvel;

- pagar a renda em numerário à autarquia como restituição, e caso tenha sido contratualizado sob a forma de trabalho na mesma.

Para concluir queria realçar a importância deste projeto para a revitalização do nosso município bem como, especificamente, dos centros históricos criando habitação e permitindo qualidade de vida.

Informo também que a nossa proposta será concretizada através de uma Moção do Partido Socialista sobre a qual manifestamos a nossa esperança de que seja aprovada por vossas excelências. Este é um esforço

que julgamos fundamental para a prossecução dos interesses do município de Palmela, em especial na proteção dos mais desfavorecidos.

Disponham e contem connosco para construir um concelho melhor. Minhas senhoras e meus senhores agradeço o tempo e a atenção dispensada. Viva o concelho de Palmela. Viva Portugal."

Sr. Presidente da Mesa:

"Depois desta intervenção política do Sr. coordenador da Juventude Socialista, pergunto se há algum Sr. Munícipe que queira fazer uma intervenção que não seja assim tão política ou não."

Sr. Jaime Cândido:

"Boa noite, a minha intervenção não é política, estou aqui como cidadão e é a primeira vez que participo numa Assembleia Municipal, mesmo quando morava noutro concelho que era Almada. Só resido no concelho há cinco anos, mais concretamente em Quinta do Ano, e dos senhores presentes só conheço a Sra. Presidente, por ser figura pública, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, não pessoalmente mas como figura.

A minha intervenção aqui hoje, a minha vinda cá aos senhores, parece que não estou a prender a atenção de todos contrariamente ao que estavam a olhar a atenção para o senhor que falou antes de mim. Eu sinto-me desde o princípio do mês com uma faca cravada nas minhas costas, porque enquanto munícipe de Almada nunca tive a necessidade de fazer nenhuma intervenção porque senti sempre que havia alguém que estava da defender os meus interesses, ou pelo menos a [?] com as minhas ideias. Quando vim morar para esta região foi porque sempre gostei da região de Palmela e continuei a votar naqueles que eu pensava que estavam a agir bem na minha consciência, não estou filiado em nenhum partido político, nunca fui, tenho as minhas ideias e penso pela minha cabeça. No momento em que eu soube que os senhores aprovaram, por maioria, o IMI para aplicar no concelho de Palmela, e já verifiquei que todo o distrito de Setúbal em treze municípios há sete que mantiveram as mesmas taxas inclusive o município a que pertenci de Almada, sinto-me traído por aquilo que os senhores fizeram e daí a minha presença aqui e o ter-me deslocado da minha casa para estar aqui.

O facto de estar aqui não quer dizer que mude as minhas ideias, é só a minha expressão e o meu pesar pela vossa decisão porque volto a frisar, sinto-me traído nas minhas convicções. Claro que eu sei que o município passa, não só este mas todos os outros, por dificuldades financeiras e eu também, todos nós. Eu não sou funcionário público mas é como se fosse pertenço a uma empresa de capitais públicos, azar meu é como se fosse funcionário público quando é bom sou bom quando é mau pertenço à função público. Isto é a minha declaração de voto, o meu pesar pela vossa decisão em termos maioritários que eu já vi algures. Se há tantas dificuldades financeiras, que eu acredito que as haja, porque todos nós temos há uma coisa que se calhar podiam cortar. A gente nas nossas casas cortamos também aquilo que é o [?) deixamos para trás o que é o essencial, aliás não podemos [?] o que é essencial e tirar o que queremos cortar. Eu sei que é poucochinho mas é ideia, não sei quanto é que gastam quanto é que o município gasta a transferir verbas para a Associação Municipal da Região de Setúbal, Associação dos Municípios da Região de Setúbal, não sei, também não sei quanto é que gastam em fogos-de-artifício, eu gosto de ver mas quer dizer isso é de sem menos importância. Parece que é uma "chachada" aquilo que eu estou a dizer, pela cara de alguns dos senhores, mas é a minha ideia e como votante, e tenho direito a falar, esta é a minha expressão. Tenho dito."

Sr. Presidente da Mesa:

"Repito uma vez mais, embora todos saibamos isto julgo eu, que depois deste período já não há intervenção dos Srs. Munícipes, ou é agora ou não é.

Admitindo que esta intervenção possa sugerir alguma resposta, dado que a primeira não me parece mas a Sra. Presidente entenderá, pergunto à Sra. Presidente da Câmara se quer dizer alguma coisa em relação à

questão colocada por este Sr. Munícipe. Senão quiser passamos para o Período de Antes da Ordem do Dia com os Sr. Deputados Municipais."

Sra. Presidente da Câmara:

"Boa noite a todos, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Munícipes.

Se o Sr. Presidente me permite, já agora, embora não tendo havido uma questão não deixo de agradecer as sugestões que aqui foram trazidas pela primeira intervenção. Mas, de qualquer maneira, chamava a atenção do Sr. Bruno Grazina que em relação a algumas delas eu sugeria, também, que procurasse conhecer, se é que não conhece, o nosso Regulamento Municipal nomeadamente naquilo que diz respeito às taxas que praticamos no centro histórico e aos incentivos que concedemos. Há algumas práticas que nós já temos hoje em curso no concelho em geral e particularmente no centro histórico de Palmela e que prevê, ou tem como objetivo, incentivar, facilitar o acesso à habitação e no fundo à ocupação dessas zonas. Dir-se-á é pouco, mas então eu sugiro-lhe que reserve algumas das suas sugestões para o espaço de intervenção das políticas públicas no plano nacional. Como sabe muitas das questões que aqui colocou não têm que ver com competências que as autarquias possam usar, nós podemos decidir como usamos as nossas verbas mas não podemos decidir qual é a política nacional de habitação. A nossa posição é que a política de habitação deve ser uma política nacional e não uma política local. Nós temos medidas que existem de incentivo à ocupação e à vivência no nosso centro histórico o resto é uma questão de política nacional de habitação.

Quanto às duas questões colocadas pelo Sr. Jaime Cândido agradeço igualmente a intervenção no que à Câmara diz respeito e compreendo o seu desapontamento. Se é uma pessoa atenta a estas matérias sabe que até ao ano passado nós tínhamos valores diferentes, aplicávamos valores diferentes na taxa do IMI e este ano fomos obrigados a subir o valor da taxa que praticamos. Dir-lhe-ia o seguinte, claro, qualquer um de nós se sente desapontado relativamente a isto quando temos um aumento na água, na eletricidade, em qualquer uma das áreas fundamentais e básicas da nossa vida sentimo-nos desiludidos, traídos e achamos que é uma injustiça porque se tratam de bens essenciais. Eu compreendo que o mesmo se pense relativamente ao IMI mas quero dizer que o IMI é, de facto, como provavelmente o IRS está para o país o IMI está para os municípios. Repare, cabe-nos a nós dizer se a taxa é zero sete ou é zero sete cinco ou setenta e cinco ou é zero seis oito mas a forma como o IMI é decidido, o seu conceito, a maneira como é aplicado, etc., isso já não depende das câmaras municipais. Provavelmente aquilo a que o senhor assiste, ou teria assistido se já cá estivesse no nosso concelho há uns anos atrás, era uma evolução na aplicação desta taxa que veio da Contribuição Autárquica para o IMI, ou da SISA para o IMI, e que teve alterações na vida das pessoas. Agora há um dado concreto, eu não sei exatamente nem interessa para aqui, mas nós já verificámos uma situação, que só vamos poder confirmar e, sobretudo, ter um relatório desta situação durante o próprio ano, é que o comportamento no IMI no nosso concelho está a ser muito díspar. Há zonas onde claramente esta alteração da taxa vai provocar um aumento do pagamento que as pessoas fazem anualmente e há casos em que, apesar da alteração da taxa, quando estamos em fase de pagar de acordo com a reavaliação ou seja de acordo com as casas que já tinham sido avaliadas e voltam a ser avaliadas agora, nós vamos ter um valor final mais baixo. O que é que quero dizer com isto? Há casos em que uma nova avaliação a preços reais e de mercado hoje faz com que aquilo que se vai pagar porque se paga uma taxa mais baixa continua a ser menos do que aquilo que pagava com o valor inicial, não sei se me estou a conseguir fazer entender. Não sei qual é o seu caso mas veja quando receber, se é que já recebeu, veja em concreto se paga mais ou menos. Garanto-lhe que há casos em que temos pessoas a pagar mais e outros a pagar menos, nomeadamente Quinta do Anjo é um bom exemplo disso mesmo.

Quanto às outras questões, ou seja como é que nós gerimos as prioridades. Eu agradeço o seu conselho mas talvez seja bom procurarmos conhecer qual é o papel duma associação de municípios no plano regional ou até no plano nacional. Nós pagamos para a associação de municípios nacional, para a associação de municípios regional e de facto há projetos que não cabem hoje na dimensão, ou no exercício normal, da atividade duma câmara municipal e cabem isso sim, e tem todo o sentido, no âmbito das estruturas de caráter associativo que as câmaras municipais decidem integrar ou constituir ou, até nalguns casos, que são obrigadas a integrar e dou-lhe o exemplo com um caso concreto. A legislação, nomeadamente uma que nós contestamos, obriga-nos a pertencer obrigatoriamente à Área Metropolitana de Lisboa pelo facto de estarmos aqui. Doravante para quem está noutras regiões do país será obrigatório pertencer à respetiva

comunidade intermunicipal, ou seja a legislação que criou agora as novas CIM (Comunidades Intermunicipais) vai obrigar os municípios quer queiram quer não a integrar essas comunidades e são os municípios que as pagam. No nosso caso é uma opção e pensamos que é uma opção justa. A Associação de Municípios da Região de Setúbal tem um plano vastíssimo de intervenção ao longo de muitos anos aqui na região com trabalho concreto feito em muitas matérias e uma defesa dos interesses da região como não encontra exemplo noutras instituições a não ser nos municípios isoladamente.

Quanto ao fogo-de-artifício também tenho pena mas é coisa que não fazemos, já não há e não podemos poupar aí. Disse Sr. Presidente."

Terminadas as intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

Sr. Presidente da Mesa:

"Meus senhores entramos agora no Período de Antes da Ordem do Dia, reservado aos Srs. Deputados Municipais, e antes mesmo de começar a receber as inscrições gostaria de dizer que temos aqui presentes três Moções, duas apresentadas pelo Partido Socialista e uma pela CDU. Nesse sentido, independentemente das inscrições, serão apresentadas as Moções alternadamente.

Alguém pretende inscrever-se sem ser para as Moções?"

Sr. Francisco Piteira dos Santos do CDS/PP:

"Boa noite Sr. Presidente, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, mais Membros da Assembleia, Srs. Munícipes, funcionários e comunicação social. Aproveito a minha intervenção para cumprimentar já todos e dar votos de boas festas, feliz natal e um bom ano para todos.

A minha intervenção, Sr. Presidente, prende-se com alguns factos que têm sido comentados e a preocupação da população relativamente ao serviço público de iluminação que tem neste período do mês de Dezembro sido caótico e que poderei dizer mesmo que terá prejudicado nalguns casos o comércio local uma vez que os trabalhadores ao fim do dia saem do seu emprego e tentam frequentar o comércio local muitas das ruas estavam na "idade das trevas" se é que assim já alguém chamou, se não chamou passo eu a chamar. O município apesar de ter que fazer cortes e poupanças a nível da iluminação não nos parece que seja muito correto, Sra. Presidente, cortar a partir do inverno temos uma hora de por de sol às dezassete e quinze e aparecer a iluminação pública só a partir das dezoito horas tem sido muito prejudicial. De uma maneira, e de uma forma aleatória, porque estamos numa zona alta quem como eu esteve perto da zona onde está a escola nº1 e bombeiros de Palmela ao olhar para o nosso concelho via que havia iluminação onde não faz sentido que lá esteja, nomeadamente na zona chamada urbanização Palmela Verde junto à estação de comboios que essa por si só já tem iluminação própria e não precisava lá de mais iluminação pública, e depois os outros bairros limítrofes Aires, Padre Nabeto e toda a zona residencial da zona de comércio estavam às escuras até cerca das seis horas. Num período natalício em que os comerciantes tentam vender mais e ter melhores rendimentos para aproveitar a época natalícia, que é propícia para haver mais negócio, escuro e mais nada. Por isso uma nota negativa ao serviço público do nosso município.

Por aquilo que entretanto tenho tido conhecimento nos órgãos de comunicação regionais do nosso concelho, esta tragédia foi extensiva a todo o nosso concelho, nomeadamente ao Pinhal Novo e outros bairros de Quinta do Anjo, etc., e não me estou a cingir só aquilo que vi mas a informações que tenho e parece-me que é verdade. Só espero que tenha sido uma questão de falha técnica da EDP em fornecimento de energia porque se foi de propósito acho que foi de muito mau gosto e de muito mau serviço público. Este era um ponto que eu tinha aqui a apresentar à Assembleia e nomeadamente à Sra. Presidente como questão.

O segundo ponto prende-se com a alteração do trânsito, e parece-me que foi um pouco de mau gosto também, na chamada zona da Nova Palmela. De certa forma a Câmara e os serviços de trânsito tentaram

fazer ali uma grande rotunda, já que não há dinheiro para fazer rotundas tentou-se fazer ali uma grande rotunda. Eu compreendo o aspeto técnico de tentar alterar-se o trânsito para abrir um corredor de urgência para a saída de bombeiros e outros carros de emergência, só que nas ruas, nomeadamente na rua Lúcio Borges da Costa que era uma rua que já tinha duplo sentido e na zona comercial e junto a serviços de prestação pública, correios, finanças e registos e notariado, em que as pessoas não têm outro sítio quando vêm servir-se desses serviços para estacionar e depois se dirigir aos serviços, se iniciarem o estacionamento no início da rua já referida vão ter que fazer cerca de meio quilómetro a mais assim como os próprios residentes ali. A rua central desse aglomerado habitacional tem o sentido ao contrário o que faz com que também esses habitantes para encontrarem estacionamento quando voltam ao fim do dia vão ter que fazer mais quinhentos metros de trânsito para chegar às suas casas, quando o sentido do trânsito devia ser todo no sentido descendente e não uns no ascendente e outros no descendente, ou seja norte/sul e sul/norte como está previsto. Felicito a última alteração que foi feita em permitir a zona sul do prolongamento da Lúcio Borges da Costa com acesso às piscinas em que permite o sentido de trânsito nos dois sentidos sem que haja problemas porque é uma zona onde não grande trânsito e não se justificava ter só um único sentido. Penso que devia ser corrigido nomeadamente o duplo sentido na Lúcio Borges da Costa e na rua central onde está localizada a escola de condução também devia ter o sentido sul/norte e não obrigar a que se circule a fazer rotunda ao bairro para entrar dentro da rua. São sugestões que eu, como representante do CDS/PP, aqui deixo à Sra. Presidente e que possa depois fazer chegar aos serviços respetivos.

Muito obrigada Sr. Presidente, disse."

Sr. Pedro Taleço do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes e votos de boas festas. De imediato passa a apresentar Moção do PS intitulada "Criação de um programa de apoio ao arrendamento urbano" que ficará apensa à ata.

Sr. Presidente da Mesa coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, por unanimidade, com 22 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS, 1 do PSD, 2 do CDS/PP).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Boa noite Sr. Presidente, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, funcionários da Câmara, público em geral, comunicação social, a todos vós umas felizes festas, um feliz natal e um próspero ano novo.

A minha intervenção relativamente a esta Moção é a seguinte: eu julgo que esta Moção espelha, de facto, algumas atenções que não sei se do ponto de vista legal se terão fundamento ou não. Imagine-se que tenho uma habitação e a Câmara Municipal fica com essa habitação, faz obra e depois o pagamento da renda da casa passa para o proprietário, acho que devia ser enquadrado do ponto de vista legal não só apenas uma intenção mas saber se do ponto de vista legal, e jurídico, será possível que se faça este tipo de ocupação.

Isto parece-me um pouco o "ocupas" com uma cara de legalidade aparente. Não sei se será "via ocupas" se não. Creio que o princípio é de louvar mas julgo que a proposta não está corretamente elaborada, carecia de mais trabalho para que fosse, do ponto de vista de todos os colegas, possível de votar. Algo mais concreto, mais fundamentado e com enquadramento legal.

Ficarei a aguardar explicações do PS para ver qual o sentido de voto do CDS/PP. Tenho dito."

Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU:

"Boa noite Sr. Presidente. Em nome do Sr. Presidente permitam-me que cumprimente todos os presentes e que desde já deseje as melhores festas para esta altura.

Nós, a bancada da CDU, gostaríamos de voltar um bocadinho atrás relativamente quando tentam de certa forma colar, ou melhor descartar, a realidade local da realidade nacional. Nós, enquanto autarquia, todos nós tentamos ao máximo defender os interesses das nossas populações e certamente nenhum de nós iria para a cama feliz e satisfeito se aumentasse, sempre que possível, todas os impostos e neste caso o IMI. As autarquias, de facto, substanciam-se aquilo que é feito nas autarquias é muitas vezes fruto, como sabem, das políticas macro económicas que existe no nosso país e, portanto, não podemos descartar a realidade nacional e fazer com que a realidade local como se as autarquias fossem uma esfera que vivessem sozinhas, e que não dependessem e que não sofressem das políticas que são feitas, e sobretudo aprovadas, por muitos partidos que estão aqui presentes na Assembleia da República.

Uma outra questão tem que ver com a questão da emigração dos jovens do nosso concelho. Se nós pegarmos por exemplo na questão do IMI, os jovens que queiram emigrar do concelho de Palmela podem muito bem emigrar, por exemplo, para o concelho do Montijo que tem a taxa de IMI mais elevada em relação a nós.

E depois há uma questão também interessante que nos coloca alguma..."

Sr. Presidente da Mesa:

"Gostava muito que fosse na Moção."

Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU:

"Sr. Presidente, então em relação à Moção mas antes de mais deixe-me dizer duas ou três coisas relativamente à questão da participação dos jovens no nosso concelho.

Nós, a Câmara Municipal, tem feito um conjunto de iniciativas como sabemos que tenta incorporar da melhor forma possível os jovens nas nossas políticas e na nossa atividade concelhia. Inclusivamente temos cedido alguns espaços para atividades juvenis, como foi o caso último que cedemos espaço aos Escuteiros de Palmela, foi aprovado há pouco tempo também um protocolo de apoio à nossa jovem nadadora Simone Fragoso para os Jogos Olímpicos, foi recentemente reaberto também o Parque Venâncio Ribeiro da Costa, em Palmela, que infelizmente não contou com a Juventude Socialista nessa grande iniciativa que tivemos. Isto para dizer que é muito fácil nós virmos para aqui tentar exigir coisas da Câmara Municipal de Palmela relativamente à juventude, relativamente ao arrendamento e relativamente ao que quer que seja, só que, e focando para terminar a questão da Moção, é fácil nós apresentarmos propostas mas nem sempre é fácil que essas propostas sejam exequíveis.

Relativamente à Moção que estamos aqui a debater perguntamos como é que vamos procurar financiamento para esta proposta que é feita. Aliás, outra questão, se nós eventualmente aprovássemos esta Moção relativamente ao arrendamento no concelho de Palmela estaríamos completamente a ir contra o nosso programa porque nós próprios, CDU, a nossa Câmara tem um programa e tentamos na melhor forma defendê-lo, e promovê-lo, e estar a aprovar uma coisa que vai contra os nossos ideais e os nossos princípios estaríamos também a ir contra nós próprios pelo que a bancada da CDU vai votar contra esta Moção.

Sr. Pedro Taleço do PS:

"Começando por tentar esclarecer o colega Fernando Nascimento é nossa convicção que tudo isto em termos de realização, nomeadamente em relação aos imóveis inabitáveis, se resume a questões contratuais e à definição das mesmas. De qualquer maneira, provavelmente, e não querendo tirar-lhe alguma razão poderá haver aqui mais pormenores de ordem legal a serem bastante mais aprofundados que no âmbito desta intenção não tivemos a possibilidade de fazer mas que admitimos que na aprovação desta Moção será bastante mais fácil aos serviços da Câmara Municipal de Palmela acautelarem todas essas questões caso esta Moção à semelhança de tantas outras não tenha o mesmo destino porque muitas delas, com unanimidade foram aprovadas e pura e simplesmente os serviços não realizaram nada, lembro-me por exemplo do Cartão Jovem Municipal.

Aproveito para passar rapidamente para uma questão anexa a esta Moção, que diz respeito aos jovens e foram referidos aqui as participações juvenis. Realmente falar é fácil, realizar e fazer é que é um bocadinho mais difícil, conhecer ou não conhecer já é inadmissível. Eu gostaria só de deixar bem claro que o contexto de participação juvenil e o significado de participação juvenil para o Partido Socialista não se resume à ocupação dos jovens, tem uma abrangência muito mais cívica da qual não vislumbramos momentos nem sequer órgãos consultivos a funcionar e que resultem. Portanto sobre participação juvenil e apesar de não ser o âmbito desta Moção estamos, julgo eu, completamente conversados no que diz respeito à observação dos factos e nada mais. Obrigado."

Sr. Valentim Pinto da CDU:

"Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Relativamente a esta proposta é óbvio que é legítima, diria mais que é desejável que este órgão, e isso é frequente em todas as Moções, discuta questões de política nacional, agora quando se passa da discussão para a proposição é preciso percebermos que não estamos na Assembleia da República estamos na Assembleia Municipal. Eu gostaria muito de ter visto a JS ter apresentado, nos vários governos do Partido Socialista, uma proposta à Assembleia da República, ao Grupo Parlamentar, distrital, concelhia do Partido Socialista, na matéria habitacional. Julgo que foram durante muitos e tiveram a secretaria de estado, normalmente secretaria de estado da habitação, dentro da governação do Partido Socialista ora essa oportunidade estariam com certeza distraídos porque era aí a sede própria, e tempo próprio, para terem tido esta posição proponente que aqui vem apresentar que é perfeitamente, do ponto de vista jurídico, inaplicável e do ponto de vista político absurdo.

Só dois ou três exemplos: querem colocar a Câmara como entidade gestora duma espécie de património, fazia investimento, cobrava rendas e depois diz aqui coisas que são verdadeiramente lapidares que é, quando as pessoas não pagassem rendas faziam uma espécie de trabalho comunitário para a Câmara Municipal de Palmela. Quer dizer, estão mesmo a brincar. Quem não paga renda fazia uma espécie de trabalho, prestação de serviço, ao abrigo de que regime jurídico de emprego? O Código Laboral teve várias alterações, muitas delas com o vosso apoio e por vossa iniciativa, no sentido sempre de prejudicar os trabalhadores. Chegarmos ao ponto de quem não paga a renda fazer um trabalho comunitário para a Câmara Municipal é a subversão completa de qualquer regime jurídico de emprego, é isto que os senhores defendem? Era só isto que eu queria dizer. Muito obrigado."

Sr. José Charneira da CDU:

"Boa noite a todos, muito obrigado Sr. Presidente.

Só para complementar um pouco, acrescentar um pouco, o que foi dito anteriormente e duas ou três ideias bases que me parecem relativamente importantes.

A Câmara de Palmela neste momento, de há uma série de anos a esta parte, já tem muita consideração e muita atenção pelo centro histórico. Tem um gabinete do centro histórico, tem medidas concretas para ajudar na recuperação do centro histórico e queria aqui recordar a redução do IMI que começa numa taxa de trinta por cento e pode ser acrescentada de mais vinte por cento se o imóvel estiver arrendado, ou seja cinquenta por cento. Também nas taxas de construção e nas regras de construção, já de uns anos a esta parte, há incentivos para a recuperação do centro histórico. Estas medidas já de facto a Câmara Municipal de Palmela tem, agora é um bocadinho, como dizia aqui o meu camarada Valentim Pinto, esta Moção tem aqui algumas coisas no mínimo hilariantes. É que os senhores da última vez que estiveram no Governo foi seis anos de seguida, não se lembraram nada disto? Não fizeram uma lei de solos, que este país não tem uma lei de solos, as políticas de habitação não se conhece qual é a vossa política de habitação e a única coisa que foi era dar aos bancos para vender dinheiro às pessoas para comprarem casas. Esta é que foi a vossa política de habitação e isso foi durante anos, anos e anos e conduziu o país à situação a que está. Depois, de facto, esta proposta tem aqui série de imbróglios jurídicos que eu não sei se a gente conseguia desfazer isto, portanto isto não tem, diria mesmo, ponta por onde se lhe pegue. Muito obrigado."

Sr. José Henrique Cardoso do PSD:

"Sr. Presidente aproveito também a oportunidade na pessoa de V.Ex.ª. para cumprimentar todos os presentes e desejar o melhor natal possível porque reconheço que não vai ser fácil.

Quanto a esta Moção, eu percebo a ideia, acho que ela é indispensável mas digo sinceramente as pessoas não têm acompanhado. Acho que nós só podemos criticar quando temos conhecimento de causa e não tenho dúvidas nenhumas que tem havido na Câmara Municipal de Palmela, e sobretudo no centro histórico, uma preocupação muito grande em reabilitar as casas e não só as casas mas tudo o que está edificado. De qualquer forma o problema também se põe neste momento de uma forma completamente diferente que se punha no passado, e até num passado bastante recente.

Hoje a situação do arrendamento urbano é completamente diferente do que era há meia dúzia de anos atrás, as pessoas preocupavam-se era em comprar casas e ninguém se preocupava em utilizar casas antigas e tudo mais. Mas isto vem na sequência, eu tenho muita pena de andar aqui ao longo dos tempos, nos últimos dois anos, a falar para o ar e para "o boneco" pois não há meio de perceberem que tudo isto em Portugal mudou e vai continuar a mudar, infelizmente para pior, e como devem calcular não sinto nenhuma alegria em constatar a situação.

Agora eu não tenho dúvidas nenhumas porque conheço o funcionamento da Câmara e sei de conhecimentos, que aliás vieram a várias sessões de Câmara nos últimos dois ou três anos e às Assembleias Municipais quando é caso disso, de pessoas que querem reabilitar os seus edifícios e a Câmara apoia em variadíssimos aspetos, não só na facilidade do tratamento das coisas como provavelmente nos casos mais difíceis da ajuda da prática do seu plano.

Volto a repetir, tenho muita pena que nós aqui andamos aqui a discutir política nacional, e à briga uns com os outros, quando os interesses mais importantes são os do concelho que nos devia unir a todos independentemente de ser o Partido Socialista, a CDU, o PSD ou o CDS/PP. Tenho muita pena que isso não seja possível mas também aceito, porque já fui jovem, o entusiasmo com que foi posto na intervenção do munícipe que é próprio da sua juventude mas já não aceito tanto da parte da bancada do PS porque, indiscutivelmente, esta Moção não era possível ser aprovada pela Assembleia Municipal. Nós vamos votar contra, não contra o espírito da Moção mas contra a forma como ela está feita."

Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU:

"Permita-me só que faça uma breve nota relativamente ao comentário que o Sr. Deputado Pedro Taleço fez "a participação juvenil do PS é abrangente". Acreditamos também que a participação juvenil do PS não se passa exclusivamente pelos órgãos consultivos da juventude. Efetivamente falar é fácil mas, depois, por vezes é um bocadinho complicado as nossas palavras irem ao encontro dos nossos atos e se bem se recorda não foi a CDU que excluiu os jovens da participação da gestão das escolas públicas. Tenho dito."

Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Boa noite Sr. Presidente, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia, técnicos da Câmara, comunicação social, Sras. e Srs. Munícipes a todos um bom natal em nome da bancada do Partido Socialista e um ano novo o melhor possível porque não vai ser fácil para todos mas, pelo menos, com saúde e alguma paz.

Efetivamente poderíamos aqui agarrar em várias questões mas para ser sintético e ir ao essencial fico surpreendido com algumas afirmações da bancada da CDU. Fico surpreendido porque parece que temos várias CDU's no país, temos a CDU nas Câmaras em que está no poder, temos a CDU nas Câmaras em que está na oposição, temos a CDU em Lisboa que apoia politicas de arrendamento jovem levadas a efeito pelo município de Lisboa e depois aqui em Palmela nem sequer, até porque a proposta a ser aprovada poderia ser melhorada, ela não tem nada de ilegal porque propõe criar e estabelecer acordos protocolares entre a autarquia, proprietários e arrendatários e nós temos o centro histórico cheio de prédios para recuperar porque fazer política de centro histórico não é só fazer as intervenções que têm sido feitas é mais do que isso. Eu gostaria de lhe dizer que a fixação de jovens nos centros históricos é algo que atravessa toda esta

europa porque hoje sente-se a necessidade de se fixar jovens nos centros históricos porque é uma forma de os dinamizar. Não há dinâmicas sociais, não há dinâmicas culturais nos centros históricos se não tivermos lá os jovens e são os jovens que podem ir para lá, seja arrendando casas, seja em ateliers para desenvolver as suas atividades, nomeadamente artísticas, seja em comércio tradicional ou mesmo em comércio alternativo, isto sim são políticas de dinamização de centros históricos.

Eu não vejo aqui nada nesta proposta que limite esse discussão e que não ponha, e que não abra caminho a que a partir daqui se possa ir mais além na dinamização dos centros históricos. Não é uma crítica ao trabalho que foi feito, é uma constatação que há muito trabalho para fazer e isso é que marca a diferença. Nós neste país temos sempre a tentação de estar contra ou a favor, isto não é uma questão de estar contra nem a favor é uma questão de analisarmos as coisas com alguma distância em termos de interesses de partidos ou outro tipo de interesses e sejamos sérios. Políticas destas não têm nada a ver com "ocupas", é não perceber o que é o " movimento ocupa", não tem nada a ver com retirar casas aos seus proprietários, antes pelo contrário, valoriza-se um património que é do proprietário mas também é da comunidade. Não se está a retirar nada a ninguém e atrai-se população jovem com dinâmica, com capacidade de intervir no espaço público, com capacidade de intervir no espaço histórico que é isso que nós precisamos, e só isso e mais nada. Isto é um ponto de partida, se quiserem partir daqui tudo bem se não quiserem a responsabilidade será de quem vota contra por vários motivos. Nós estamos conscientes que trouxemos isto aqui e os jovens que trouxeram isto aqui porque eles sabem e sentem os problemas mais do que nós na nossa geração. Sabem que têm problemas e que querem contribuir para a sua resolução, e mais virtude não tivesse tem essa virtude que é a participação cívica dos jovens nos órgãos autárquicos, que é a participação cívica dos jovens na vida da autarquia. Tenho dito."

Sr. José Charneira da CDU:

"Isto dito da forma como o Sr. Deputado Raul Cristóvão diz até parece que esta proposta é completamente inócua e eu vou ler: " *A Assembleia Municipal...em que o Município se compromete a: 1. Contatar os proprietários dos imóveis inabitáveis, no sentido dos mesmos cederem o uso do imóvel...; 2. Realizar o investimento na recuperação do imóvel...;"* Até parece que nós ao aprovarmos isto não estávamos a obrigar a Câmara Municipal a contatar os proprietários todos, a realizar os investimentos necessários não se sabe com que fundos e com que dinheiros, e até parece que iro é inócuo e não é. Isto é para comprometer a Câmara que é para daqui a meia dúzia de meses estes senhores virem aqui dizer, então já cumpriram a Moção que todos aprovámos? Isto não é assim, não é forma séria de fazer política e por isso vamos votar contra."

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa coloca a Moção à votação tendo sido rejeitada, por maioria, com 5 votos a favor do PS e 17 votos contra (14 da CDU, 1 do PSD e 2 do CDS/PP).

Sr. Presidente da Mesa:

"Agora temos aqui uma outra Moção da CDU como já havia anunciado, pelo que dou a palavra à bancada da CDU para a sua apresentação."

Sr. Valentim Pinto da CDU passa a apresentar Moção da CDU intitulada "Em Defesa das Populações, Contra a Extinção de Freguesia, Pela Defesa do Poder Local" que ficará apensa à ata.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 22 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS, 1 do PSD, 2 do CDS/PP).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Sr. Presidente da Mesa:

"Para iniciar a discussão vou passar a palava ao Sr. Membro Fernando Nascimento, defensor acérrimo das freguesias."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

Sr. Presidente disse bem, defensor acérrimo das freguesias.

Venho aqui contestar esta moção e venho mostrar a minha insatisfação, o meu choque e a minha até revolta para com o que foi feito nesta Assembleia Municipal na sessão de dia dez de outubro. Recordando, nem a comunicação social soube dar a notícia porque não perceberam o que aqui se passou, julgo que a maioria dos colegas deputados também não percebeu o que aqui se passou porque nós CDS não retiramos a proposta. Nós CDS pedimos a interrupção dos trabalhos por dez minutos para negociarmos, para enquadrarmos a proposta de acordo com o fundamento legal de acordo com a lei porque aquilo que nos foi dado foi uma carta em que reivindicava, ou seja em que referia que eramos contra a união de freguesias em Palmela, e éramos, o CDS esteve desde a 1ª hora contra e no final dizia o documento que se entenda como uma não pronuncia aquele documento.

Ou seja, a pronúncia estava efetivamente decretada. Havia um decreto de lei que dizia que a pronúncia teria que cumprir determinados requisitos e os requisitos eram todos aqueles que o CDS fez no seu trabalho de casa. A proposta que aí foi apresentada nessa sessão não era por si só uma pronuncia, nós tivemos um périplo por todos os grupos parlamentares, desde o BE ao CDS passando pelos PEV, todos falaram connosco foi-nos dado um caminho pelo deputado do PSD, foi-nos indicado outro caminho pelo deputado do CDS, inclusivamente este deputado estava na comissão, e o deputado do PSD disse-nos a nós nesta reunião que nós concelho de palmela eramos um dos três concelhos que poderiam justificar a manutenção das cinco freguesias.

Pois a CDU por questões políticas, e eu aqui não estou como político e sinceramente não gosto de política quando a política prejudica o concelho de Palmela, a CDU em termos políticos não cumpriu o decreto regulamentar, nós passeamo-nos pela Assembleia da Republica de boa-fé e no fundo o documento que aqui foi apresentado foi um documento estéril que não cumpria o decreto-lei. Daí que a sessão que foi interrompida foi para anexar, e a negociação foi nesse sentido, o trabalho que o CDS fez para cumprir a legislação para então sim ser tido como uma pronúncia verdadeira. Recordo que era necessário nesse decreto-lei anexar os limites das freguesias nós fizemos isso, era necessário localizarmos as sedes de freguesia e nós fizemos isso, era necessário uma série de elementos que nós aí anexamos, e era necessário uma coisa muito importante que a proposta que foi aqui inicialmente apresentada não tinha que era a fundamentação técnica que o CDS fez em três folhas. Mais, nas conclusões o CDS apresentou quatro conclusões que ficariam anexas a esse documento final ou seja faria parte desse documento final. Esta fundamentação técnica essencial para nós mantermos as cinco freguesias não foi feito, esta conclusão que o CDS propôs não foi feita, chegou à Assembleia da Republica o documento inicial que o CDS não votou. Nós não votamos o documento final que foi para a Assembleia da Republica, nós negociamos o documento final que foi para a Assembleia da Republica. Daí a minha indignação nesta casa, daí eu achar que vocês estão a enganar o povo quando dizem vamos lutar pelas cinco freguesias, quando vocês aqui não lutaram pelas cinco freguesias.

Quando nós aqui demos o fundamento para que fosse feita a pronúncia, a partir desse momento nós não nos juntámos. Eu sinto-me traído porque nós negociamos nesta casa um documento que não foi esse documento que foi para a Assembleia da Republica. Não levou fundamentação legal, não levou todos os elementos que estavam na lei que nós numa "pen" entregámos nesta casa. Nós não retiramos nenhuma proposta, a proposta do meu colega Piteira era uma proposta que falava do ponto de vista verbal, do ponto de vista da argumentação das frases e a minha proposta era uma proposta técnica fundamentada com o que dizia a lei. Meus senhores não se engane a população de Palmela, nós aqui não temos as cinco freguesias porque nesta sessão de dez de outubro não foi feito o resultado final da negociação dos trabalhos que foram interrompidos. Não se engane a população, não temos as cinco freguesias porque nós temos a indicação que este concelho, nós sabemos que este concelho, se essa proposta fosse tal e qual como nós negociamos manteria as cinco freguesias."

Sr. Presidente da Mesa:

"O Senhor está a dizer aqui um conjunto de inverdades que eu não vou permitir. Uma coisa que não permito é que diga que a CDU não cumpriu o decreto regulamentar, é mentira e o Sr. votou favoravelmente aquela moção. Termine a sua intervenção."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Votei favoravelmente o documento da negociação, não foi o documento que foi para a Assembleia da República, eu nesta casa fui enganado."

Sr. Presidente da Mesa:

"O Senhor está a dizer que votou uma coisa e que para a Assembleia da República foi outra? É mentira, se é verdade prove-o."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"É verdade, digo-lhe que é verdade. Com quem eu negociei sabe qual foi o documento final, o Sr. Presidente esteve a leste. O Sr. Presidente não quis interromper os trabalhos porque a população que estava lá não podia perder tempo."

Sr. Presidente da Mesa:

"Eu interrompi os trabalhos e o Senhor negociou com a Sra. Presidente da Câmara."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Sr. Presidente, não foi apenas com a Sra. Presidente da Câmara que eu negociei. O Senhor deveria saber o que é que foi resultado desta negociação, se há aqui alguém enganada fui eu, se há alguém enganado é a população de Palmela porque podíamos ter as cinco freguesias. Eu votei favoravelmente o documento alterado."

Sr. Presidente da Mesa:

"Alterado? Isso é uma acusação gravíssima, tem que provar e vou-lhe dar um prazo para o provar. O Senhor tem que provar tudo aquilo que está aí a dizer, isto vai ficar em ata."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"O documento que saiu desta casa aprovado para a Assembleia da República não foi o documento negociado pelo CDS/PP."

Sr. Presidente da Mesa:

"É isso mesmo que o Senhor está aí a dizer que tem que provar."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Provo com os elementos que entreguei, sim senhor."

Sr. Presidente da Mesa:

"Então prove. Antes disso vou dar-lhe até ao dia cinco de janeiro para o Senhor mostrar, por documentos, isso que está aí a dizer e que fica registada em ata."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Vou ausentar-me do país neste sábado e venho passado três dias."

Sr. Presidente da Mesa:

"Então não se ausente, deixe um representante cá. O que está a fazer é uma acusação gravíssima e não pode ficar incólume."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Não é a acusação que é gravíssima, o que é gravíssimo é esta Assembleia Municipal não ter mandado para a Assembleia da República o fruto da negociação desse dia, isso é que é gravíssimo. Tenho dito"

Sr. Presidente da Mesa:

"O Senhor tem que provar o que disse, porque senão arrisca-se a meter-se nalgum trabalho que não está á espera."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Sr. Presidente, não tenho medo de ameaças, concretize."

Sr. Presidente da Mesa:

"Não são ameaças. O Senhor é que tem que concretizar, tem que me apresentar isso por escrito. Que aquilo que votámos, o documento que votámos na Assembleia não foi o que foi enviado para a Assembleia da República. Não pode dizer que a CDU não cumpriu o decreto regulamentar e não pode insinuar que é por causa da CDU, e de quem aprovou aquela Moção, que deixa de haver cinco freguesias no concelho, tem que provar e não é com palavras."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Sr. Presidente tem as provas consigo, veja a "pen" que lhe entreguei, veja o decreto-lei Sr. Presidente. Eu não quero entrar em diálogo com o Sr. Presidente. Tenho dito"

Sr. Presidente da Mesa:

"Nem o Senhor quer nem eu quero. Digo-lhe francamente que a consideração que tenho por si baixou até ao nível não sei que mais. Até lhe digo exasperou-me."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"É recíproco."

Sr. Presidente da Mesa:

"Então ficamos assim. Agora não diga que é por causa da CDU que isso é uma acusação gravíssima."

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Digo e reafirmo."

Sr. Presidente da Mesa:

"Tem um prazo, se está fora do país quando vier tem que apresentar provas de que é verdade o que está a dizer.

A Sra. Presidente da Câmara pediu para intervir neste período. Excecionalmente vou dar a palavra para intervir sobre este assunto."

Sra. Presidente da Câmara:

"Eu agradeço e peço desculpa porque, de facto, é uma matéria que está em discussão entre os Srs. Membros da Assembleia mas que me envolveu e envolveu a Câmara, pelo que gostava de repor uma, duas ou três coisas.

A primeira coisa, acho é absolutamente indispensável ver-se o que seguiu para a Assembleia da República na sequência da Assembleia Municipal que fizemos, vamos ver se houve alguma coisa que pudesse não ter seguido o que acontecer só pode ter sido por lapso. Depois há uma coisa que é fácil que é ouvirmos a gravação da Assembleia desse dia e perceber rigorosamente o que lá aconteceu. Depois há uma outra ordem de questões que eu acho que está a ser misturada e até aqui as questões colocadas, independentemente da forma, podem ter toda a pertinência e nós teremos condições para esclarecer quer com os serviços da Câmara que dão apoio à Assembleia Municipal quer com a confirmação através da gravação.

Outra coisa é quanto ao conteúdo da argumentação, eu tenho muita pena que os Srs. Membros da Assembleia Municipal, neste caso do CDS, tenham a convicção de que de facto é pela posição da nossa Assembleia e pelo facto de não termos seguido o conselho que um deputado do PS e do CDS nos deu, e que foi o único, que não conseguiu encontrar eco em ninguém, que não encontrou eco na leitura de juristas que nós pedimos, que não encontrou eco na própria comissão que acabou por reconhecer porque as palavras do deputado Abreu Amorim são nestes termos: *"É curioso porque o concelho de Palmela é um dos poucos concelhos em que a pronúncia, a acontecer nos termos da lei seria exatamente igual àquilo que viria a ser determinado pela comissão, ou seja quatro."* Foi exatamente isto, estão presentes membros do PS, da CDU e do PSD e foi exatamente isto.

Aproveito para divulgar uma coisa, não tenho este hábito mas já que isto vem aqui, a semana passada quando tivemos na Assembleia da República eu fui abordada por três deputados de dois partidos diferentes, e o deputado do PSD veio cumprimentar-me, delicadamente, e explicar qual ia ser a posição do PSD dizendo que o PSD não tinha condições para votar favoravelmente a nossa posição. Depois vem com esse mesmo argumento e diz: "*Bem mas cabia à Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal de Palmela podia ter tido uma posição diferente"*, e eu perguntei: *"Uma posição diferente como, Sr. Deputado? Votando contra a agregação das freguesias de Poceirão e Marateca e votando a favor da agregação das freguesias de Quinta do Anjo e Palmela?"* e ele ficou um bocadinho: *"Bem, dependia dos senhores."*, ao que respondi: "*Dependia de nós extinguirmos uma freguesia? Porque na lei, o Senhor sabe que, a eventual pronúncia da Assembleia nos termos da lei remeteria para a deliberação da manutenção de quatro freguesias.*" O deputado do PSD no corredor disse-me: *"Pois é verdade"*, ou seja em boa verdade os Srs. deputados do PSD e do CDS têm que saber que não é possível alterar a situação neste concelho a não ser por uma tomada de posição na Assembleia da Republica corrigindo a própria lei. O que me é dito, e eu percebo a posição do PSD em relação a isto: *"Nós não vamos poder fazer, defendemos a lei não vamos poder fazer uma correção à lei"* . Pois é mas eu gostaria, eventualmente, que ainda tivessem a oportunidade, depois de amanhã, de votar

favoravelmente aqueles que lá irão fazer correções à lei que vai ser apresentada para mais duzentos concelhos neste país. Esse é o espaço que resta à Assembleia da República para mudar a situação concreta no nosso concelho. A Assembleia da República tem competência para isso, nomeadamente, não rejeitando as propostas que são apresentadas pelos partidos minoritários, como já aconteceu ali e nós assistimos à rejeição de duas propostas concretas, e não rejeitando todas aquelas que puderem vir a ser apresentadas na sexta-feira.

Esta é a questão do conteúdo, e eu já tinha receado que de alguma maneira isto pudesse vir para cima de nós. A partir do momento em que nós recusamos a pronúncia por todas as razões que aqui identificamos, e por mais esta que é quando nos é dito oficialmente que de facto nós somos dos poucos concelhos em que a pronúncia a cumprir a lei será exatamente igual à proposta que a Unidade Técnica pode fazer, portanto o final era quatro.

Eu percebo agora que os Srs. Membros da Assembleia com a frustração que sentem, quanto à posição dos partidos da maioria, atiram para cima da CDU uma responsabilidade que não é nossa. E separaria esta questão da questão do Sr. Membro da Assembleia Fernando Nascimento. É verdade que naquela Assembleia, foi uma reunião bastante tensa, pesada, porque a sala estava muito cheia, nós tentamos todos que o CDS votasse. Tentámos para que o CDS não ficasse isolado numa postura, se calhar ingenuidade nossa. Eu própria reconheci, achando que o argumento que o CDS ali apresentava não mudando nada mas sendo um contributo e sobretudo deixando o CDS mais confortável, era útil e fui a primeira pessoa a propor que os argumentos do CDS fossem aceites e fossem aceites para juntar à nossa proposta e não para substituir a nossa proposta, para juntar à nossa proposta. Donde a única coisa que nos falta fazer é confirmar e sugiro ao Sr. Presidente que o possa fazer, e eu própria naquilo que compete à Câmara amanhã vou diligenciar diretamente nesse sentido, que é perceber quais foram os documentos que foram enviados à Assembleia da República e perceber se ai houve algum lapso. Agora na gravação o que vamos encontrar é isso, é para que se junte os elementos sugeridos pelo CDS e no final havia uma alteração de pormenor, que já não consigo reproduzir qual era mas havia uma alteração no texto, que talvez o Sr. Membro Fernando Nascimento possa ajudar. Isto é com a maior honestidade tudo aquilo que foi feito, não consigo imaginar outra coisa."

Sr. Fernando Nascimento CDS/PP

"A Sra. Presidente refere essa reunião que tivemos com o Sr. Deputado Abreu Amorim mas também tenho presente, e está escrito, que o Sr. Deputado Abreu Amorim disse que não lhe chocava nada a proposta de Palmela para ficar com as cinco freguesias porque no quadro nacional nós eramos um por cento das freguesias que poderiam ficar com o número idêntico de freguesias, ou seja um por cento corresponde a três freguesias. Nesta reunião com o Sr. Deputado Abreu Amorim foi dito que não ficava chocado com a manutenção das três freguesias. Mais, ele abriu o portátil dele e ficou admirado com o caso excecional de Palmela. Para ele, desde que fosse feita a pronúncia, tendo ele dito que Palmela não chocava ficar com as cinco freguesias porque era um por cento do total dos concelhos que ele conhecia. Ele disse isso Sra. Presidente, eu escrevi. Sendo um total nós fizemos contas e são três concelhos, Palmela era um dos três concelhos que não chocaria nada desde que houvesse uma pronúncia de acordo com o fundamento da lei, essa pronúncia desse entrada na Assembleia da República.

A questão de tentar que o CDS não ficasse isolado, não era bem a questão de não tentar que o CDS ficasse isolado porque o CDS o que queria era enquadrar esta proposta numa pronúncia, uma vez que assim seria possível a manutenção das cinco freguesias. Eu não estou a dizer que eram mantidas as cinco freguesias, eu disse que seria possível. Assim como houve conversas de deputados a dizer que não, houve conversas de deputados a dizer que era possível, daí que nós tenhamos feito o documento. O documento que nós fizemos teve alteração na linguagem em uma ou duas das frases e mais era a alteração do conteúdo, e a alteração que nós propusemos foi a alteração do documento inicial incluindo nesse documento, que estava em análise, a fundamentação técnica, não um documento do CDS como fundamentação técnica em anexo. A fundamentação técnica não devia ir em anexo, o que nós votámos foi uma fundamentação técnica que fazia parte do documento inicial não como anexo. Eu entreguei documentação para fazer parte do documento como pronúncia do documento e não como um anexo, não era um anexo, o que nós votámos foi a inclusão nomeadamente nas conclusões da proposta do CDS depois da fundamentação técnica havia quatro

conclusões. A primeira conclusão referia a questão da percentagem que foi dita pelo deputado do CDS, nós concordámos em retirar essa conclusão não concordamos em retirar todas as outras conclusões que advinham da fundamentação técnica que fizemos e isso, eu creio, que não foi compreendido na negociação que se fez tal era a pressa de aprovar aquele documento. Lamento, mais uma vez digo que foi aquele documento que o CDS votou e fiquei chocado com esta situação toda, muito sinceramente"

Sr. Presidente da Mesa:

"O Senhor continua a repetir uma afirmação grave, gravíssima."

Sr. Valentim Pinto da CDU:

"Em relação à nossa moção nós temos dois elementos que consideramos são indissociáveis e por isso estão contidos na moção. Um tem a ver com a questão do poder local em geral e outro com o aspeto particular das freguesias, e consideramos que eles são indissociáveis exatamente porque, na nossa opinião, há uma coerência política da parte do Governo quando faz aprovar um determinado conjunto de legislação, da qual se insere também aquela que será a lei 230/2012, e que é o desmantelamento do poder local, que é a retirada da autonomia ao poder local e que é no fundo o enfraquecimento da democracia numa perspetiva de um estado cada vez mais autocrático e centralizador.

Nós consideramos que é esse ataque global que está contido na nossa moção, esse voto de rejeição, porque esse objetivo político do Governo tem várias frentes, é a redução das freguesias, é a já anunciada intenção de reduzir municípios, é a redução de trabalhadores da administração pública, é a redução dos dirigentes, que hoje iremos aqui abordar, uma matéria especifica que é a decapitação da estrutura organizativa da administração publica local para além das questões pessoais e profissionais que coloca a cada um dos trabalhadores, é a nova lei das atribuições e competências que está para sair em breve e que consubstancia no fundo a transferência de poderes para as comunidades intermunicipais, não eleitas diretamente pela população, e que vão chamar a si competências em termos do ordenamento do território e outras áreas, pensa-se e fala-se na gestão dos resíduos sólidos, é a asfixia financeira, é a privatização anunciada dos serviços públicos até agora prestados pelas autarquias, é no fundo retirar sobretudo aqueles órgãos autárquicos, câmaras municipais e juntas de freguesia, que dão a voz às populações nas suas reivindicações locais pela saúde, pelos transportes públicos, etc., e que são também a voz das comunidades e das populações junto do poder central. É este enfraquecimento geral que se pretende e que nós aqui contestamos.

De qualquer das formas nós também pensamos que não se pode dizer coerentemente que se está contra a extinção de freguesias neste concelho e depois dizer-se que se já está a favor da extinção de freguesias no resto do país. Não se pode dizer que se é contra a extinção de freguesias em Palmela e depois na Amadora, por exemplo, a Assembleia Municipal, maioritariamente do Partido Socialista, ter votado com toda a legitimidade politica que tem, porque não é isso que está em causa porque estamos a fazer a avaliação política e não da legitimidade que o órgão tem, a agregação/extinção de freguesias, ou o exemplo ainda mais grave, porque foi um péssimo exemplo porque foi por aí que foi um bom pretexto que foi dado à direita, que o PS fez na Câmara Municipal de Lisboa. Da mesma maneira que essa incoerência também o PSD e o CDS não podem ter.

Já agora uma pequena nota, esta intervenção do Sr. Deputado Fernando Nascimento que a todos os títulos eu considero infeliz, à semelhança de outras, mas esta é a mais grave de todas que eu ouvi nos tempos que estou nesta Assembleia, é que também no Barreiro até o PSD já está a usar a mesma argumentação, que o Senhor utilizou, relativamente ao Presidente da Câmara e à Câmara do Barreiro, exatamente a mesma argumentação. É ler a comunicação social, lá é o PSD aqui é o CDS, por enquanto, que diz exatamente o mesmo, que a Assembleia Municipal do Barreiro é responsável pela extinção de freguesias porque não se pronunciou nos termos da lei. Era óbvio e já sabíamos que isto ia acontecer, a cobardia politica e a incoerência política vê-se nestas alturas e esta é a palavra que tem que ser utilizada porque é assim que estamos a falar. Quando houve um unanimismo que de parte de muitos dos Srs. Deputados, até transversal a todos os partidos, foi honesta, foi franca, eu tenho essa convicção muito profunda, e falo do Sr. José Cardoso mas não só porque não quero nominalmente distinguir ninguém, foi sincera no sentido de encontrar

consensos pela manutenção das cinco freguesias, mas depois do ponto de vista politico, e aqui não são as pessoas que eu aprecio são as questões de natureza politica, é extremamente incoerente a defesa das freguesias do concelho de Palmela e depois no concelho ao lado, ou no resto do país, ter uma atitude exatamente oposta a esta.

Quanto à questão, ainda mais em particular, das nossas freguesias é obvio, e vou terminar com esta questão, que a natureza da matéria foi que de acusações feitas, na minha opinião pessoal, e nem sei se a bancada da CDU partilha da opinião que eu tenho, acho que isto é merecedor de um inquérito porque é de uma gravidade, que eu nunca aqui ouvi dizer que o documento aprovado no fundo foi deturpado naquilo que foi enviado para a Assembleia da República, isto é de uma gravidade enorme. O CDS votou naquela Assembleia num determinado sentido, votou e deu o seu voto, e agora o que está a dizer é que o documento que foi aprovado não foi aquele que foi entregue, isto é de uma gravidade que nunca ouvi nesta Assembleia. Há documentos e há registos que seguramente serão e merecerão, como a Sra. Presidente disse e eu subscrevo por inteiro, ser objeto de inquérito. Eu daquilo que ouvi e estive, como é normal e natural, atentíssimo ao que se passou naquela sessão, e em todas as outras, aquilo que o Sr. Deputado Fernando Nascimento está a dizer é absolutamente falso e não se consubstancia minimamente na verdade objetiva daquilo que foi aprovado, absolutamente nada. Depois a questão é que não tem coragem politica para dizer que foi a contra gosto, por uma questão de tacticismo eleitoral, que esteve ao lado deste processo contra a extinção de freguesias e que agora vem com esta argumentação que é a argumentação que agora vai ser utilizada pelo CDS e pelo PSD, em particular, que é, se tivessem pronunciado o resultado teria sido diferente. Mas teria sido diferente o quê? Era agregado Palmela à Quinta do Anjo, Pinhal Novo ao Poceirão? Marateca, agora vou pôr o xadrez da forma mais absurda possível em territórios que nem têm continuidade. Era inevitavelmente a redução de uma freguesia, porque era aquilo que os parâmetros da lei obrigavam. Quanto ao aspeto particular dos vinte por cento, já agora também dizer que isso é absolutamente falso. Nem do ponto de vista jurídico e político isso não corresponde à verdade, nem foi isso que nas várias audiências com os deputados nos foi dito. Houve um deputado do CDS que pôs essa hipótese mas, depois, quando foi abordado numa conversa mais informal relativamente a essa matéria ele reconheceu que ela não tinha sustentação, era mais um desejo do que propriamente uma opinião da parte desse deputado do CDS de quem não me recordo o nome. Eu assisti a essa conversa, já fora da sala, no corredor e ele disse que era mais um desejo que propriamente uma opinião. A verdade é que aqueles vinte por cento, uma questão meramente aritmética, dão zero vírgula três e esse valor não se arredonda para um em lado nenhum. Nós também tivemos o cuidado de pedir pareceres jurídicos e também sabemos que isso não tinha qualquer viabilidade.

Aquilo que o Sr. Deputado Fernando Nascimento disse, para além da gravidade das acusações que aqui fez sobretudo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que é ele o responsável de transmitir e fazer chegar o documento aqui aprovado neste órgão às entidades às quais foi aprovado que seria destinado, é de uma gravidade absolutamente lamentável merece ser inquirido e acho que o Sr. Deputado Fernando Nascimento vai com certeza, porque eu creio na sua honestidade intelectual, retratar-se aqui numa próxima Assembleia e vai pedir desculpa ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e a esta Assembleia, porque aquilo que disse é gravíssimo. Do ponto de vista político era aquilo que era esperado, oportunismo político, agora é dizer que a gente se devia pronunciar quando a pronúncia inevitavelmente implicava sempre a extinção de uma das cinco freguesias. Isto é de uma falta de honestidade política da sua parte, mas também lhe digo que não me surpreende já estou habituado.

Sr. José Silvério CDU:

"Boa noite a todos.

Eu não podia ficar calado a ouvir os culpados da sentença da morte da freguesia do Poceirão e até da Marateca, porque aqui observei que houve qualquer desavença, e descontentamento, por parte dos Membros da Assembleia do CDS que transmitiram aos colegas para votar a favor que isto devia ir mesmo abaixo. Fico mesmo satisfeito com a vossa posição e com o que fizeram à freguesia do Poceirão e serem vocês os condenados a isto porque foram vocês que transmitiram. Se quisessem transmitiam pelo menos ao contrário, diziam a eles para votarem lá contra e vocês transmitiram ao contrário. São vocês os dois que fizeram mal a esta freguesia e hoje aqui é que eu descobri que, de facto, foram vocês os dois que

transmitiram porque se o CDS votasse lá contra isto não passava. Não posso deixar ficar impune estas conversas que ouvi, fico completamente revoltado com estas conversas e analisei que, de facto, havia ali qualquer coisa ao ouvir os deputados do CDS a falarem. Estavam revoltados e zangados por culpa de dois que estão zangados no concelho de Palmela, a culpa das freguesias serem anexadas foi de vocês os dois. Fica agora aqui a análise feita por mim."

Sr. José Cardoso PSD:

"Como devem calcular ao ser o representante do PSD nesta Assembleia Municipal tenho por vezes que ouvir muita coisa que não condiz com a minha forma de pensar mas não vou deixar de ser do PSD por assumir essas responsabilidades.

Continuo a achar que a junção de qualquer freguesia no concelho de Palmela é um erro crasso, fi-lo todas as diligências como sabem para que fosse possível corrigir a situação. Como aqui foi dito o concelho de palmela estava nos três ou um por cento dos concelhos em que era uma aberração o que se ia fazer. Agora quem lê a comunicação social, e o Jornal de Noticias ultimamente tem publicado todos os dias a junção de várias freguesias nos concelhos norte do país, continuamos a ver dezenas de freguesias com menos de mil habitantes com dois quilómetros quadrados. O problema é exatamente esse, quando tem que ser publicada uma lei para o país tem que ser uma lei abrangente há de haver sempre, em qualquer uma lei, alguém que fica prejudicado, pena é que tenha sido o concelho de Palmela e duas freguesias que não deviam estar em junção.

Como devem calcular não concordo com muita coisa do que foi dito, mas temos todos que perceber que foi posta a possibilidade da Assembleia Municipal se pronunciar. Mas é exatamente assim, pronunciar-se a favor da junção de duas freguesias que podia não ser Marateca/Poceirão e podia ser Quinta do Anjo. Agora como estamos num órgão politico eu percebo perfeitamente que a CDU não quisesse assumir essa responsabilidade, se alguém tem que ser responsabilizado por esta situação que não seja a CDU e eu lamento que tenha que ser o PSD, mas volto a repetir é por função da lei, não pela realidade e não que eu estivesse de acordo.

Digo mais uma vez, não fora o conteúdo da moção votava mais uma vez favoravelmente esta moção porque estou em completo desacordo da junção das duas freguesias. Sobre o conteúdo, e vamos mais à frente falar sobre isto, eu volto a repetir não há possibilidades de manter o estado de coisas como está, acreditem naquilo que vos digo. Tenho muita pena, o concelho de Palmela não merecia esta situação, mas concelhos com trinta, quarenta e oitenta freguesias sem qualquer razão a maior parte delas, faziam a junção de freguesias pequenas e deixavam ficar uma ou duas freguesias com a população com a realidade geográfica do concelho de Palmela.

Esta é a minha posição, não vou votar contra a moção pela razão mas sim pelo conteúdo."

Sr. Fernando Nascimento CDS/PP:

"Foram-me aqui feitas algumas acusações e eu tenho a dizer ao colega Valentim Pinto, supostamente pessoa inteligente e que eu considero, olhos nos olhos que não sou hipócrita e olhos nos olhos que não sou político. Eu digo aqui nesta casa que me estou marimbando para a política. Coisa que recordo que a escola solidária não foi aprovada porque vocês falaram em política, ou seja a politica aqui não é o que me interessa o que me interessa é que de boa-fé sem hipocrisia de boa-fé sem estratégia politica nenhuma eu acreditei e fui até ao fim convosco. Estive em todas as reuniões, discutimos os assuntos até ao fim.

Agora uma coisa é certa, desde a primeira hora o PCP nacional disse que era contra a pronúncia, e Palmela foi vítima de uma estratégia do PCP que desde o início disse que era contra a pronúncia e aquele documento, pelo qual nós interrompemos os trabalhos, era um documento que se enquadrava nos âmbitos da lei de uma pronúncia daí que os elementos entregues pelo CDS/PP não eram elementos de anexo, eram elementos a enquadrar no documento final porque as conclusões e a fundamentação técnica tem que estar no documento final. É lógico que um documento de não pronuncia que dá entrada na Assembleia da República vai automaticamente para a Comissão Técnica que analisa estes processos, daí que quando o documento daqui saiu já todos sabíamos, eu não sabia porque eu pensei que era uma pronúncia pensei que

se cumprisse o que foi acordado, mas assim que me dizem na Assembleia da República que o documento é uma não pronúncia é óbvio que fiquei chocado, não foi isso que eu votei e que o CDS votou."

Sra. Fernanda Esfola PS:

"Muito boa noite a todos e a todas.

Penso que o que nós estamos aqui a contestar terá que ser, e é com certeza, esta lei, porque esta lei à partida é uma lei que não está bem-feita, é uma lei que não vai reorganizar nada, até porque uma lei feita e baseada numa percentagem numérica de certeza que não vai fazer nada de novo nem via melhorar em nada.

Acho que o que aqui foi dito em relação aos outros concelhos, e a outras assembleias municipais, penso que cada um fará aquilo que entender no seu município. Nós aqui entendemos que deviam existir as cinco freguesias e que devíamos continuar com elas.

Não é justo, e não é uma lei séria, uma lei que nos vem dizer que temos que ficar com menos uma que temos que ficar com quatro enquanto há municípios que têm três e quatro freguesias que são mais pequenas que a freguesia de Marateca ou que a freguesia do Poceirão, que têm menos população que a freguesia do Poceirão e a freguesia de Marateca, que nem sequer vão ser tocados porque têm três freguesias ou quatro e a partir de quatro já ninguém fala nelas. Eu penso que é isto que nós temos que discutir porque esta lei não é séria e não vem fazer aqui nada de bom para o nosso país.

Depois quero reafirmar a posição da freguesia de Marateca. Marateca vai continuar a lutar com todas as suas forças não só o seu executivo, como também toda a população, irá lutar até ao fim e usar de todos os argumentos possíveis, todos os meios possíveis e impossíveis para manter a freguesia de Marateca. Isto é aqui dito na Assembleia Municipal por mim e não só, nós na freguesia de Marateca iremos fazer na nossa Assembleia de Freguesia uma tomada de posição acerca deste assunto porque este parecer desta Unidade Técnica, que não conhece o território, que não sabe o que está a fazer, não é credível para ninguém e nós não podemos aceitar isto.

Além disso nós sempre temos dito e mantido a nossa posição, Palmela deve ter as suas cinco freguesias. Está bem distribuído o território, todas elas têm muito mais do que aquilo que diz a lei, têm mais população, têm a área, estão distantes da sede do município, e depois vêm umas pessoas quaisquer que não sabem sequer onde é que fica a Marateca e o Poceirão dizer-nos o que é que nós devemos fazer. Eu acho que esta lei é que está mal feita à partida, é isso que nós temos aqui que contestar e não nos venham cá dizer que o PSD ou CDS têm muita pena de ficar só com quatro mas esta lei não nos serve, esta lei não é séria."

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (14 da CDU e 5 do PS) e 3 votos contra (1 do PSD e 2 do CDS/PP).

Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos agora a apresentação da outra Moção do PS, pelo que dou a palavra à bancada da PS para a sua apresentação."

Sra. Carla Oliveira do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes e votos de boas festas. De imediato passa a apresentar Moção do PS intitulada "Erradicação de todas as formas de violência contra as Mulheres " que ficará apensa à ata.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 22 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS, 1 do PSD, 2 do CDS/PP).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

Sra. Anabela Rito da CDU:

"Boa noite a todos desejo também umas boas festas e uma ótimas entradas em 2013 na medida do possível.

Relativamente a esta moção, de facto, não podemos ficar indiferentes e a questão que nós queríamos trazer aqui é que isto é a nossa posição enquanto Membros da Assembleia. É nosso dever marcar e evocar este dia mas enquanto cidadãos e cidadãs temos todos o dever de denunciar porque, infelizmente, os números do observatório, não só os números que acabaram de ser lidos, estão a aumentar, nomeadamente as vítimas indiretas que não sendo vítimas diretamente da violência doméstica física podem ter muitos traumas e ser também elas pessoas e adultos, às vezes, problemáticos.

Neste sentido apelo aqui, aproveitando esta moção, que todos temos o dever de denunciar todos os casos de violência que conheçamos e por esse motivo vamos votar a favor.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 22 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS, 1 do PSD e 2 do CDS/PP).

<u>Período da Ordem do Dia</u>

Ponto Um – Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sr. Presidente da Mesa:

"Pergunto à Sra. Presidente da Câmara se pretende intervir neste ponto."

Sra. Presidente da Câmara:

"Eu estava com algumas dúvidas, atendendo à ordem de trabalhos e à hora, se devia fazer esta intervenção pelo que talvez reservasse o espaço colocando-me à disposição dos Srs. Membros para as questões que queiram colocar.

Pedia ao Sr. Presidente que me deixasse, ainda que fora de tempo, responder a uma questão que foi aqui colocada há pouco e que, peço desculpa, por lapso deixei passar mas que é importante e que é a questão da iluminação e queria esclarecê-la.

Hoje mesmo na reunião de Câmara falámos sobre isso e o Sr. Vereador Álvaro Amaro explicou-nos a todos o que se estava a passar. Nós estamos numa fase em que têm vindo a ser instalados no concelho relógios astronómicos, este processo está em curso implica adaptações e ainda não foi possível por parte da EDP sintonizar em todos os PT's acertar o horário para o ligar e desligar da iluminação. O acender e o pagar das luzes deve acontecer dentro de um intervalo sensivelmente de meia hora e que varia diariamente, mas é suposto cobrir as necessidades de iluminação, de segurança ao longo do ano todo. O que se passa aqui é que o facto de termos iniciado este processo em pleno outono/inverno na altura em que os dias são cada vez mais pequenos, e sê-lo-ão até à próxima semana, tornou mais evidente esta mudança mas não é só. Efetivamente há problemas a terem que ser corrigidos ainda por parte da EDP e a EDP já o assumiu ao Sr. Vereador. Essa monitorização está a ser feita e as correções estão a ser feitas, mas também tivemos o azar, digamos assim, de proceder a esta alteração no período em que os dias são mais pequenos daí que o problema seja mais notório mas temos a situação dominada, no sentido de identificada, a EDP está a fazer as correções que têm que ser feitas e eu penso que nós podemos assumir com os munícipes deste concelho que dentro dos próximos meses a situação está regularizada. Nós ficaremos com uma situação muito mais confortável que não voltará a repetir-se nos próximos dias que é como quem diz no próximo outono/inverno

uma vez que na primavera/verão tudo estará bem porque os dias são maiores. Reconhecemos como um problema mas que está a ser resolvido. Como sabem esta é uma opção de fundo, uma opção ambientalmente mais sustentável e é por aqui que temos que caminhar mas há que fazer todos os acertos e todas as correções para que as pessoas não fiquem sem luz. Tudo aquilo que aqui foi dito é verdade, temo-lo partilhado entre nós, todos os dias chegamos com a monitorização que cada um vai fazendo pelo território e estamos em cima do problema é a garantia que podemos deixar aos munícipes no concelho. Obrigada Sr. Presidente."

Sr. Presidente da Mesa:

"Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos há alguma intervenção?"

Sr. Pedro Taleço do PS:

"Não irei tomar muito tempo nesta avaliação uma vez que os relatórios são, de uma forma geral, até bastante completos mas fica-me a dúvida neste período na normal atividade municipal o que é que se tem sentido dentro dessa atividade em termos de emergência social e de casos de pobreza escondida nomeadamente conforme vemos todos os dias nos telejornais noutros municípios em relação a situações de fome nas escolas e tudo o mais. Gostaria de saber qual é a auscultação que a Câmara tem e qual o impacto específico em termos do normal funcionamento na estrutura na resposta a estas emergências sociais. Obrigado"

Sr. Francisco Piteira dos Santos do CDS/PP:

"Só para colocar uma questão que tem sido notícia nos últimos dias relativamente ao licenciamento dos chamados lares de terceira idade. Pergunto se a Câmara tem ideia de quantos lares existem clandestinos e quantos estão licenciados no nosso concelho? Tenho dito."

Sr. Presidente da Mesa:

"Sra. Presidente pretende intervir relativamente a estas duas questões?"

Sra. Presidente da Câmara:

"São duas situações que a Câmara conhece embora não tenha intervenção direta. No caso das escolas o que nós conhecemos é efetivamente, e infelizmente, as situações de dificuldades das crianças e das famílias que já são visíveis. Tem havido uma intervenção por parte da rede social na qual a Câmara se integra e através dessa rede temos tido conhecimento de situações difíceis. Já houve casos em que houve mobilização de verbas das escolas que estavam afetas às cantinas da respetiva escola ou escolas, não sei se aconteceu em mais alguma, que foram canalizadas para resolver problemas de fome de crianças ou jovens. A resposta concreta é no âmbito da rede social a Câmara acompanha este problema.

A situação dos lares a resposta é basicamente a mesma, isto é infelizmente nós sabemos que existem alguns lares que não estão devidamente licenciados no concelho de Palmela e sabemos também que a segurança social os conhece. O que nós vamos fazendo é procurar conhecer, mais uma vez no âmbito da rede social e na parceria que temos, tentado perceber o que se passa. Como sabe é uma competência que cabe à segurança social e infelizmente pelos piores exemplos têm sido tema mediático nos últimos tempos pelas piores razões. Do que nós sabemos não conheço nenhuma situação no nosso concelho que seja considerada crítica. Temos vários casos em processos de licenciamento e quando é assim normalmente a segurança social sabe, acompanha e aguenta. Às vezes até nos pedem para emitir declarações no sentido de confirmar que há um processo em curso e estas coisas são articuladas com a segurança social. Sr. Presidente gostaria de solicitar a intervenção do Sr. Vereador Adilo Costa para esclarecer este aspeto.

Sr. Vereador Adilo Costa:

"Na última reunião da plataforma supra concelhia que ocorreu na passada segunda-feira no Seixal esta questão foi abordada e a segurança social, dentro daquilo que são as suas competências, para além de dizer que os casos que foram mediáticos já estavam sinalizados e já tinham uma intervenção fiscalizadora por parte da segurança social referiu que iria apertar o cerco a estes lares clandestinos.

Outro fenómeno que está a acontecer é retirarem idosos dos próprios lares para que as famílias possam sobreviver com os rendimentos desses mesmos idosos e contra a vontade destes o que é bastante grave e requer identificação. Claro que através da rede social a autarquia e os outros parceiros estão disponíveis para colaborar com a segurança social."

Sra. Presidente da Câmara:

"Já agora gostaria de acrescentar que para além disso, no âmbito das nossas competências estritas também já notificámos e atuámos no sentido de aplicar coimas e exigir a legalização indispensável."

Ponto Dois – Orçamento 2013 e Grandes Opções do Plano 2013-2016

Sr. Presidente da Mesa:

"Pergunto à Sra. Presidente da Câmara se quer aduzir algumas questões ao documento que é vastíssimo."

Sra. Presidente da Câmara:

"De facto o tema é importantíssimo como todos sabemos, ainda assim acho que a nossa proposta é bastante descritiva e não vou repetir o que aqui está.

Gostava só de chamar à atenção para os Srs. Membros da Assembleia, e para quem nos ouve, de dois ou três aspetos e o primeiro deles é o facto do Orçamento apresentar uma diminuição muito significativa, vinte e um vírgula sete por cento quase vinte e dois por cento, relativamente ao Orçamento inicial do ano de 2012 e é com esse que temos que comparar.

É um Orçamento que continua a ter aqui alguma receita que podemos considerar extraordinária no sentido de ser proveniente não da nossa receita normal, digamos assim, mas de alguns empréstimos que ainda temos em curso e que permitem concretizar algumas obras que estão em plano de atividades, resultam do facto de termos financiamento do Quadro de Referência Estratégica Nacional e ainda do facto de ainda estarmos a construir obras que são da responsabilidade da administração central e pelas quais recebemos o respetivo financiamento. Tudo isto dá quase cinco milhões de euros de financiamento extraordinário mas que tem associado despesa.

No fundo eu diria que este Orçamento é um Orçamento que faz um enorme esforço de adequar rigorosamente a despesa e a receita e é por isso mesmo um Orçamento bastante mais reduzido. Ainda assim só esclarecer também que o que nós fizemos claramente foi limpar, já o esclarecemos e dissemos isto em reunião de Câmara, o Orçamento daquilo que eram receitas que nós admitíamos como possíveis até ao ano passado. Eram receitas consideradas extraordinárias mas que estavam plenamente elencadas no nosso plano de atividades e correspondiam a investimentos que estavam em curso no concelho, correspondiam a processos de licenciamento que tramitavam na câmara e que não se tendo concretizado até ao momento, dada a gravíssima situação económica e financeira do país, nós decidimos retirá-los do Orçamento.

Para terminar só esta fase de enquadramento dizia que nós fizemos este Plano num contexto dificílimo, aliás cada vez mais difícil de ano para ano, num contexto em que estávamos obrigados a reduzir trabalhadores e isso aconteceu pela via da aposentação, relativamente ao ano de dois mil e doze e quanto ao ano de dois mil e treze vamos ver o que acontece nesse tema em concreto.

O que nos preocupa é o que temos assumido neste Plano de Atividades fica rigorosamente dependente da receita municipal e a receita municipal já tivemos oportunidade de a discutir aqui, nomeadamente quando fizemos a discussão do IMI, é uma receita que hoje em dia enfim neste momento temo-la como uma receita absolutamente rigorosa, do ponto de vista da estimativa que apresentamos no Orçamento, mas no que diz respeito à vida das famílias, no que diz respeito à economia do país e do concelho é evidente que temos uma grande incógnita relativamente ao ano de dois mil e treze que não pode deixar de se projetar no Orçamento.

Ainda assim, e para terminar, queria dizer que mantemos aquilo que são os nossos compromissos essenciais, as nossas apostas políticas fundamentais e fazemos um grande esforço para não deixar cair aquilo que foram as nossas apostas estratégicas para o concelho e que têm sido os compromissos no últimos mandatos nomeadamente, só para sublinhar, o caso da educação, a nossa política relativamente aos transportes escolares e ainda assim à consolidação de alguns investimentos que foram considerados essenciais e estratégicos no concelho.

Por ora disse, Sr. Presidente."

Sr. Presidente da Mesa:

"Obrigado. Meus Senhores, alguém quer intervir neste período colocando questões?"

Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Mais uma vez boa noite, vamos ver se isto corre sem grandes tumultos porque temos que ter calma a discutir estas coisas, porque não vale a pena chegarmos aos pontos que já chegamos esta noite nesta Assembleia porque isso só afasta as pessoas.

A posição do Partido Socialista, que eu vou aqui exprimir, é uma posição que não tem mais que uma avaliação política das decisões e opções políticas que com todo o direito a Câmara faz e que com todo o direito nós oposição temos o direito e o dever de, a partir da nossa análise e da análise que fazemos dos problemas e da nossa proposta alternativa, criticar ou não as situações.

Não vamos aqui avaliar consciências, não somos avaliadores de consciência de ninguém, não consideramos que esteja aqui ninguém com atos de cobardia nem de falta de seriedade, estamos todos de boa-fé e somos todos pessoas de bem que estamos aqui para no serviço público e de entrega ao concelho de Palmela. Entendam as minhas palavras e a posição do PS assim porque elas só representam isso e são propostas alternativas à política da CDU. A Câmara, e a sua maioria, têm o direito e o dever de fazer essas propostas, têm o direito e o dever de tomar as suas opções e nós temos o direito e o dever de as analisar e tomar posições sobre elas.

Para o PS as propostas de Orçamento e das GOP's da autarquia para dois mil e treze são documentos que mostram um poder autárquico sem ideias novas e que se afasta cada vez mais das necessidades e preocupações das populações do concelho. Há no entanto aspetos positivos e é por esses que quero começar.

São aspetos positivos o realismo que se nota no campo das receitas com a aproximação destas com o das despesas, finalmente as posições do PS de anos anteriores foram ouvidas. Em anos anteriores o PS chamou constantemente à atenção para a inflação que se verificava no campo das receitas previstas em relação às realidades que já se detetavam fruto do desinvestimento no setor da construção. Andávamos a falar de valores na ordem de dez milhões de euros e que sistematicamente obrigaram a apresentação de orçamentos retificativos. Este ano o Orçamento apresentado já inclui uma realidade diferente, aproxima com maior realismo as receitas das despesas. Outro aspeto positivo que também vem dar razão ao PS, mas com um ano de atraso, é a descida da Derrama para zero vírgula cinco. Lembro que o ano passado tínhamos proposto a descida da Derrama para zero vírgula oito e ela foi votada contrária pela maioria da CDU para as empresas cujo volume de negócios que não ultrapassem os cento e cinquenta mil euros. Estes são os aspetos positivos mas não chegam, mas como diz o povo *"mais vale tarde do que nunca"*.

Este Orçamento esquece o investimento no território, reduz o valor a transferir para as freguesias, reduz este ano quinze por cento mas acumula uma redução de cinquenta por cento nos últimos quatro anos, aumenta as taxas de IMI, não reduz o IRS e podia fazê-lo dando um sinal solidário às famílias do concelho, porque não reduzir zero vírgula cinco da taxa de IRS de cinco para quatro vírgula cinco por cento? Sabemos que é um esforço para as finanças autárquicas mas ajudaria muito e muito as famílias no concelho. Ao contrário de Palmela muitos municípios deram sinais de preocupação com as dificuldades económicas e sociais das famílias e reduziram as taxas de IMI e IRS.

Um pequeno exemplo para mostrar o que é possível fazer diferente, continua-se a pagar para a AMRS cento e um mil quatrocentos e quinze euros e para a ADS vinte e um mil cento e quarenta e um, esta última já extinta, uma verba na ordem dos cento e vinte e dois mil euros e para quê? De acordo com os estatutos da AMRS já poderiam ter sido elaborados um plano integrado de mobilidade e de transporte, um plano de formação, um plano de segurança e proteção civil entre outros, mas que até agora nada é conhecido ou será lapso nosso? A ser verdade porque é que continuamos a integrar estas associações, será que este valor não seria melhor aplicado, por exemplo, em reduzir meio ponto o IRS. Outros exemplos no campo da despesa poderiam aqui ser referidos, é preciso fazer diferente e procurar novas formas de agir porque os tempos são, quer queiramos ou não, diferentes.

Palmela vê aumentado o endividamento do município a curto e médio prazo aproximando-se dos noventa por cento, o serviço da dívida sobe, a criação de compromissos de pagamento até dois mil e dezoito aparecem –negociação da dívida à Amarsul e à Simarsul, as dívidas aos fornecedores partimos de dois mil e sete com um valor na ordem dos seiscentos e cinquenta mil euros para em dois mil e onze se situar em oito vírgula oito milhões de euros, de notar que neste intervalo tivemos eleições em dois mil e nove, e hoje sabemos que existem pequenos e médios fornecedores da Câmara Municipal com dívidas de meses e anos e que na atual situação económica necessitam dessas verbas, suas por direito, para manter os seus pequenos negócios e os poucos empregos daqueles que para eles trabalham, sabemos que amanhã começa a ser tarde.

Nas funções sociais em dois mil e onze tínhamos nas GOP um valor de dezassete milhões quinhentos e dois, em dois mil e doze para as mesmas funções tínhamos dezoito, para dois mil e treze assistimos com muita preocupação à redução destas funções para doze. Será que andamos em sentido contrário como a formiga no carreiro? Não temos nem vamos ter famílias com problemas e muitas dificuldades? Não temos nem vamos ter jovens e crianças com fome e idosos com falta de apoios? Será que a matriz ideológica desta maioria foi posta na gaveta? A CDU esquece a cultura, o meio ambiente, o desporto, o recreio, o lazer e a juventude. Só nesta área passa-se de dois milhões seiscentos e quarenta e cinco mil euros em dois mil e doze para um milhão, cento e sessenta e sete em 2013. Enquanto houve recursos financeiros alimentou-se tudo, e nem sempre da melhor forma, tudo subsidiava mas nunca se tentou contextualizar e formalizar a formação de dirigentes, a formalização de muitos grupos informais que aparecem e desaparecem de forma quase espontânea. Hoje com as dificuldades económicas da autarquia todas estas áreas sentem muitas dificuldades em criar alternativas. Não podemos, por respeito ao trabalho de preservação da cultura local e regional, pela inclusão social e boas práticas, deixar de pensar num novo paradigma de relações da autarquia com todo este setor da vida da nossa comunidade.

Torna-se claro que a CDU em Palmela fruto de anos de políticas erradas e nunca assumidas está num estado de negação privilegiando os objetivos financeiros em detrimento dos objetivos das pessoas e das suas necessidades sociais. Promove-se a austeridade sobre a brutal austeridade que o Governo impõe a todos os portugueses. A situação a que chegamos não foi uma situação de acaso, houve um comportamento racional da parte da gestão da CDU na Câmara e em função de uma política induzida desde sempre pelas maiorias CDU/PCP. Aqui e agora a maioria não se pode desculpar com a herança pois governa em função da sua própria herança.

Estas razões são mais que suficientes para votarmos contra este Orçamento com esperança que o próximo Orçamento já reflita uma efetiva mudança de objetivos e políticas mais voltado para as pessoas e para a afirmação dos valores do nosso território e das suas gentes. Tenho dito."

Sr. José Charneira da CDU:

"Muito obrigado Sr. Presidente. Sobre este Orçamento eu queria começar por dar os parabéns à Sra. Presidente e ao executivo por ter tido a coragem de fazer este Orçamento.

É um Orçamento difícil, num ano difícil, e convinha já agora dizer que o PCP não está no Governo desde o 25 de Abril, nunca esteve, esteve lá meia dúzia de meses salvo eu no quinto governo provisório, pelo que as políticas que se têm feito neste país nestes trinta e tal anos não são da responsabilidade do PCP nem da CDU, e isto tem a ver com uma coisa que foi dita pelo Sr. Membro Raul Cristóvão, a dívida da Câmara de oito vírgula oito milhões de euros. Pois é, mas as receitas que estavam previstas da Plataforma Logística eram de doze milhões, a receita que estava prevista do loteamento industrial do Sr. Xavier de Lima junto à Autoeuropa eram de cinco milhões e mais uma série de receitas que não foram para a frente porque começou o PEC1, o PEC2, o PEC3, o PEC4 e agora a austeridade e tudo isto fez com que esses investimentos parassem, porque se esses investimentos devido às políticas nacionais que foram feitas não têm parado neste momento o Orçamento da Câmara de Palmela não só apresentava lucros como era possível fazer outro tipo de investimentos.

Já agora só mais uma nota ou dias que me parecem importantes e que têm a ver com o que está no Orçamento de Estado para este ano e que é importantíssimo. Por exemplo, o Orçamento de Estado para este ano agrava em trinta e três vírgula três por cento a comparticipação das autarquias para a Caixa Geral de Aposentações, pois passa de quinze para vinte por cento. Em paralelo, e a propósito do IMI, a administração central cobra cinco por cento do IMI, e mais toda a receita do IMI que se cobrada a mais, fruto das novas avaliações, fica retida ou então tem que ser distribuída ainda não se sabe exatamente como e por quem.

Todos estes dados fazem com que o país esteja no estado lastimoso que todos conhecemos, e não é de agora porque já vem dos PEC's e tem culpados e todos sabemos quem são, e que faz que todos tenhamos estas dificuldades.

O Orçamento na minha, e nossa, opinião está bem feito, é exatamente um Orçamento realista, corajoso porque houve a coragem de acentuar e procurar distribuir os cortes de uma forma justa e é um Orçamento realizável. Daí eu dar os parabéns a este executivo porque fizeram um Orçamento excelente. Não é o Orçamento que a Câmara desejava, e que todos nós desejávamos, mas é o Orçamento que é possível no contexto em que nos puseram. Muito obrigado."

Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Eu até estou de acordo com o que o Sr. Membro José Charneira disse. É assim, é muito simples, quem me dera a mim que a Plataforma Logística, o aeroporto, o TGV fosse para a frente porque era bom sinal, era bom para o concelho, era bom para a região e na minha perspetiva era bom para o país. A verdade, peço-lhe desculpa, mas foram os senhores que votaram contra o PEC4 e votaram e puseram em causa o Governo e tomaram as responsabilidades que tomaram. Eu não estou aqui para discutir o Orçamento de Estado, a gente está aqui para discutir o Orçamento da Câmara Municipal de Palmela. Com todo o respeito por opções diferentes que temos claramente, e não é só aqui como noutros aspetos, o Orçamento que temos aqui presente, e eu já disse, é mais realista mas peca porque não é um orçamento social, não é um orçamento que as famílias e a população de Palmela precisam neste momento.

Não vale a pena voltarmos para trás, para quem é que teve culpa e quem é que não teve, não vou falar do quinto Governo, não vou falar de setenta e cinco, não vou falar dessas coisas para não entrarmos em diálogos que não valem a pena porque já estão ultrapassados e foram feitos na altura própria, todos nós vivíamos se calhar uns de uma forma e outros doutra os momentos e tivemos as nossas intervenções políticas nessa altura e já passaram. Hoje estamos aqui noutro tempo e este tempo é que interessa e interessa o futuro. Temos posições diferentes e ninguém pôs em causa a honestidade do Orçamento, ninguém pôs em causa a correção técnica do mesmo, o que se pôs em causa foram as opções políticas do Orçamento e essa permite tê-las e temo-las de fundo e foi isso que eu explicitei aqui. Muito obrigado."

Sr. Francisco Piteira dos Santos do CDS/PP:

Muito obrigado Sr. Presidente. Como representante do CDS tenho a dizer que este Orçamento será o orçamento da CDU nas suas opções legítimas na distribuição das diferentes verbas aqui elencadas. No entanto nós quando foi da discussão, nomeadamente, da aplicação de taxas municipais para arrecadação de receitas nós votamos contra a aplicação dessas taxas e estamos a constatar neste Orçamento por via do lado da receita, ainda que o Sr. Membro José Charneira tenha dito que há retenção no IMI, verificamos aqui pela apresentação deste Orçamento na verba de IMI um brutal aumento deste imposto para o próximo ano. Refiro que são vinte por cento, quando na maioria dos trabalhadores e proprietários da sua casa vão ter diminuições da sua receita na ordem se calhar dos dez por cento enquanto nós aqui vamos ter um aumento de carga de responsabilidade económica para essas famílias e para esses proprietários na maioria como sabem desde os últimos trinta anos que se fomentou que em vez de termos casas alugadas as famílias têm o encargo de comprar as casas. Para além de terem o encargo do empréstimo têm agora aqui um encargo acrescido contra o qual nós votámos contra na devida altura. Por isso vamos aqui hoje também votar contra este Orçamento, apesar de ser legítima a distribuição das verbas mas não podemos concordar com esta disposição assumida pela CDU.

Deixo aqui uma pergunta que nunca foi respondida. Qual é o valor dos cinco por cento que são da coleta do IRS atribuídos ao Município de Palmela. Penso, por aquilo que vejo aqui, que são outros impostos e na ordem dos dois milhões e meio mas não está aqui discriminado e gostava de ser elucidado. Tenho dito."

Sr. José Cardoso do PSD:

"Sr. Presidente, a vantagem de eu ser o representante do PSD nas reuniões preparatórias com a Câmara temos tido oportunidade de debater em profundidade as opções e não só mas avaliar, também, as despesas e receitas da Câmara.

O objetivo duma Câmara Municipal é realmente proporcionar e prestar serviços à população de forma a que os munícipes se encontrem e se sintam satisfeitos pelo seu trabalho. As Câmaras da CDU têm por sistema, provavelmente não sei se será o caso de Palmela, e hábito defender com mais intensidade os seus funcionários do que propriamente os seus munícipes. É essa opção que leva a que uma Câmara como Palmela tenha nos últimos anos, embora reduzindo, aproximadamente mil funcionários. Gerir uma Câmara ou gerir uma empresa com mil funcionários é realmente muito difícil e acima de tudo retirando para esse funcionamento verbas importantes que podiam ser aplicadas num fundo de financiamento de infraestruturas do concelho e ia servir melhor os seus munícipes. Fiz este reparo há três ou quatro anos, que acompanho mais ou menos o serviço da Câmara, e disse que achava que a Câmara tinha uma estrutura demasiadamente pesada mas de qualquer forma era a opção e isto é ser muito simples. Sinceramente custa-me que a política que nós desenvolvemos aqui na Assembleia Municipal acaba por ser mais partidária do que pondo em causa os reais interesses do concelho.

Quem assistiu às reuniões preparatórias do nosso Orçamento teve oportunidade de ver que não é possível fazer mais neste momento, mas não é só a Câmara de Palmela é o país pode haver exceções mas são muito poucas dos vários quadrantes políticos pelo que não vale a pena estarmos aqui com certas posições. Lamento profundamente que estas Assembleias sejam mais para vincar a posição individual dos partidos do que propriamente dos interesses do município. Volto a repetir, dos números que nos foram apresentados na reunião de trabalho a Câmara não tem alternativa, não há. Quando se vem aqui propor seja o que for nesta fase, e volto a repetir que esta fase não vai ser resolvida em 2013, quero dizer que por vezes sou criticado pelo PS porque tenho uma posição muito semelhante à da CDU, não é, é uma posição de realidade porque se fosse o PS o executivo camarário eu provavelmente estaria com a mesma posição por uma razão muito simples: as pessoas que estão a fazer este trabalho de gerir o nosso município pode ser qualquer um de nós e eu não tenho dúvidas que estávamos a fazer o melhor que podíamos e que sabíamos.

Pergunto se não havia expetativas, e ainda ontem ou hoje ouvimos um membro do PS, ex-governante, dizer que é um disparate não se ter avançado com o TGV porque isto é o mesmo que não ter dinheiro para comer e querer comprar um automóvel novo. Por amor de Deus caiam na realidade, é que parece mentira como é que um país que não produz riqueza nenhuma, a não ser quando temos turistas que vêm cá deixar alguns tostões se nós os tratarmos bem, quer reivindicar coisas do outro mundo? Vocês vejam a frota automóvel

que os governantes tinham e que estes têm e foram os outros que compraram, isto é uma loucura, este país viveu acima das grandes possibilidades que tinha e pessoas que estão aqui e representam os partidos com grandes responsabilidades só houve um homem com coragem, que foi o Guterres, de assumir responsabilidades porque o resto parece que ninguém. O Sócrates que diz que está em Portugal a dar a cara e a defender tudo o que fez para a gente perceber se ele tinha razão, está em Paris a viver do bem e do melhor e a gente ouve aqui o PS parece que teve ausente destes problemas todos e agora somos nós, e digo francamente que farei tudo o que estiver ao meu alcance para que o país esteja melhor mas não é dizer mal daqueles que têm alguma coisa, que somos obrigados a vender os anéis e quando se dizia que não havia dinheiro para pagar as reformas vocês sempre disseram que era mentira. Se não se tomarem as medidas que foram tomadas não havia mesmo dinheiro para pagar reformas, para pagar ao funcionalismo público, não tenham dúvidas nenhumas disso. Vocês vejam o que aconteceu na Grécia, vejam aquilo que passaram por culpa deles, por culpa dos governantes, não é o povo porque o povo não tem culpa nenhuma e não é o povo que gere o país são os governantes.

A minha opinião sobre este Orçamento é que é o Orçamento possível, é um Orçamento muito difícil mas nós já ouvimos estas palavras na boca doutras pessoas dizer que isto era um Orçamento muito difícil, o que é verdade. Se fosse o PSD, o PSD ou o próprio CDS/PP a governar as opções seriam outras o que é natural e a única razão pela qual eu me vou abster é exatamente por isso, provavelmente as opções seriam outras mas também digo que as opções seriam muito curtas. Disse Sr. Presidente."

Sr. Valentim Pinto da CDU:

"Sr. Presidente só quatro ou cinco notas a acrescentar aquilo que o meu camarada José Charneira já referiu. Há aqui um elemento que penso deve ser relevado numa outra dimensão que é a questão da consignação das verbas que resultem das novas avaliações do IMI que, para além dessa consignação às dívidas de médio e longo prazo constituir objetivamente uma menor disponibilidade financeira das autarquias, tem uma outra dimensão política que é uma verdadeira intromissão no poder local. Ou seja o poder local já começa a ser dirigido de uma forma paulatina, de uma forma progressiva pelo poder central que já determina que não há opções porque a verba é consignada aquele objetivo, este é um caminho perigosíssimo e é uma escalada que não sabemos onde vai parar. Qualquer dia o Estado passa a governar as autarquias por algum sistema de telecomando.

Mas apesar disso a Câmara Municipal, apesar do aumento do IMI, não aplica as taxas máximas, mantém custos de água que são os mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa, tem preocupações sociais óbvias que estão expressas na redução de tarifas de água para agregados familiares com mais de cinco pessoas, tem a redução de IMI no centro histórico, reduziu a Derrama para empresas com menos de cento e cinquenta mil euros de negócios, mantém os transportes escolares cem por cento para o ensino básico e cinquenta para o secundário a uma distância de dois quilómetros - quando a lei só obriga que o faça à distância de quatro quilómetros -, tem refeições escolares gratuitas no pré-escolar e no básico para famílias do primeiro e segundo escalão, enfim há uma série de preocupações sociais da parte da Câmara que apesar das dificuldades financeiras tem este tipo de preocupação que expressa em concreto e de forma muito objetiva nalguns apenas, porque não quis ser exaustivo, dos elementos que aqui referi.

Em relação à intervenção do Sr. Membro José Cardoso, é falso dizer que a Câmara defende mais os seus funcionários que os munícipes. Trata-se de uma falsa dicotomia, a Câmara defende os trabalhadores e se os defende, defende bem, porque um ativo importante em qualquer empresa são os seus trabalhadores, e o senhor deveria ser o primeiro até a congratular-se com esse facto, e não há nenhuma incoerência ou incompatibilidade em que defenda os interesses dos munícipes. Acho que essa é uma falsa questão. Também em relação ao número de trabalhadores já aqui foi referido em anteriores Assembleias e hoje não trouxe os elementos, porque já foi discutido anteriormente, em relação ao rácio número de habitantes/número de trabalhadores e também tendo em conta a área geográfica deste território. Eu vejo por exemplo na freguesia, um pequeno território, o tempo de mobilidade que leva um trabalhador duma freguesia que tem cinquenta quilómetros quadrados, imagina-se um concelho com quatrocentos de cinquenta, na simples deslocação do trabalhador chegar ao local de trabalho, que é um território, ser recolhido à hora de almoço e vai novamente depois da hora de almoço e regressa novamente ou quando tem que acudir a uma rotura de água algures num ponto qualquer do concelho, é evidente que isto em

termos de necessidade de recursos humanos para além dos custos inerentes é uma realidade incomparavelmente diferente de um município com grande concentração urbana. Isto é tão óbvio que acho sinceramente que não vale a pena continuar com este tipo de argumentação.

Em relação à questão do PEC4, claro que votámos contra o PEC4 que é a expressão duma política de direita que este Governo acentuou. Claro que neste momento o rosto está no glamour de Paris a tirar um curso de filosofia política o que é interessante e não é seguramente trabalhador-estudante, o que também não deixa de ser interessante como é que naquela idade se consegue estudar sem trabalhar, é curioso e significativo.

Vocês não aferem nunca é a capitação financeira do poder local que nos últimos anos e estamos a falar de cerca de mil milhões de euros, curiosamente o mesmo valor que foi afeto ao chamado PAEL cujo objetivo é depois a autarquias poderem endividar-se e terem de pagar juros para o financiamento, ou seja o Estado retira às autarquias e depois dizem assim: se agora querem esse dinheiro vão buscar à banca e paguem. É isso, mas vocês sobre isso não têm uma única palavra.

Finalmente só gostaria de saber, porque penso que seguramente os partidos da oposição foram ouvidos em termos do direito de oposição, quais foram as propostas concretas e alternativas que o PS, nomeadamente, apresentou. Tenho esta curiosidade. Muito obrigado."

Sr. Presidente da Mesa:

"Não havendo mais nenhuma inscrição, vou dar a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas."

Sra. Presidente da Câmara:

"Obrigada Sr. Presidente. Para além do que já foi dito gostava de responder a algumas das questões.

Em relação à questão da Associação de Municípios lamento que os Srs. Membros da Assembleia tenham esta visão, penso que a questão foi colocada pelo PS á semelhança do que já tinha sido colocado no período de antes da ordem do dia. Queria recordar que um pouco por todo o país os municípios estão organizados e participam em Associações de Municípios. As Associações de Municípios fazem um trabalho que é reconhecido no país e fazem um papel que não pode ser desenvolvido individualmente pelos municípios. No caso da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) há um trabalho histórico notável em muitas áreas, eu sublinhava o que tem sido feito em matéria de formação e modernização administrativa, por exemplo, tendo a Câmara de Palmela recolhido vários prémios nas candidaturas que fez exatamente porque tirou partido por um lado da formação que era ministrada a partir da Associação de Municípios e por outro lado do desafio que constituía os prémios da qualidade e no âmbito dessas candidaturas nós temos trabalhos notáveis que foram mais tarde reconhecidos pela Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, há um trabalho que a Associação vai fazendo na região que não é feito por quaisquer outros parceiros e que a Câmara individualmente não consegue fazer. Depois há um trabalho na área da cultura, do património que é um trabalho notável, por exemplo o Sr. Vereador Adilo Costa recordava-me há pouco que só a intervenção que está a ser feita na Quinta de São Paulo e Convento dos Capuchos são intervenções que nós não conseguiríamos fazer se ficássemos três anos sem pagar as contribuições para a AMRS. São intervenções muito superiores da nossa comparticipação e isso quer dizer que dificilmente alguma vez a Câmara se podia substituir, neste caso, às intervenções da Associação de Municípios e estamos a falar numa intervenção que, ainda por cima, acontece no nosso concelho porque a Quinta de São Paulo está no concelho de Palmela. Depois podíamos falar do projeto da candidatura da Arrábida a Património Mundial, de quem é esta competência, quem é que tinha a obrigação de estar a fazer isto? A Associação agarrou este projeto, contrariou na altura e teve que "remar contra ventos e marés" em relação a instituições que no plano nacional até tinham, provavelmente, alguma competência e responsabilidade para agarrar este tema que foi agarrado pela Associação. Não sabemos se vai ter êxito ou não mas o que é facto é que há todo um trabalho, custos imensos, estudos técnicos, contratação de equipas especializadas, viagens, relações com peritos internacionais que têm que ser suportados em Portugal pela AMRS, enfim um trabalho imenso para vir a ser apresentada uma candidatura que depois é uma candidatura de Portugal e não da AMRS. Ainda na área do património há roteiros relativamente aos equipamentos culturais, há roteiros relativamente ao

património industrial que é um trabalho único aqui na região, há o grande plano que foi apresentado que é Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Região – PEDEPES que até hoje não houve igual, tinha havido um projeto de natureza diferente que foi a Operação Integrada de Desenvolvimento – OIDPS ainda nos anos oitenta, mas este é um projeto bem mais estratégico porque a OIDPS foi um projeto para responder a uma crise em concreto enquanto o PEDEPES não, era um plano com visão e aconteceu muito antes deste período de grande crise que vivemos atualmente e que apresentava uma perspetiva de desenvolvimento de futuro para a região. Tudo isto são milhares, para não dizer milhões, de euros de investimentos em conhecimento, investigação, em estudo que são levados a cabo pela AMRS, pelo que eu quando vejo os Srs. Membros da Assembleia intervirem ou incutirem, até, nas pessoas um pouco esta posição que a Câmara gasta dinheiro em Associações que não fazem nada, tenham paciência. Já agora dizer que a AMRS é pioneira em alguns projetos que são hoje projetos essenciais na nossa vida, por exemplo a AMRS promoveu a constituição da Associação Intermunicipal para a defesa das questões da água pública e só acontece porque temos uma Associação de Municípios coesa, profundamente enraizada na região e muito comprometida com aquilo que são as grandes questões do desenvolvimento da região e as grandes questões do serviço publico que têm que ser mantidas na mão do setor público e a Associação tem tido um trabalho incansável nesta matéria.

Já agora sobre as Assembleias Distritais não é verdade que esteja extinta a Assembleia Distrital de Setúbal (ADS), como não está extinta a Assembleia Distrital de Lisboa, têm uma intervenção muito circunscrita mas legalmente ainda não foi encontrada uma forma de resolver esse problema. Não defendo o projeto da mesma maneira que defendo a Associação de Municípios, não o podia fazer como é evidente e já nos pronunciámos sobre isso, agora essa é uma matéria que não dependa de nós ao contrário da AMRS que foi criada por vontade e deliberação das câmaras municipais.

Outras questões ainda relativamente às nossas opções. O que é isso de guardarmos a matriz ideológica na gaveta? Srs. Membros da Assembleia eu tenho alguma dificuldade já aqui foi dito e subscrevo, só podemos subscrever, a capacidade que as câmaras têm de participar e definir políticas macroeconómicas os senhores sabem qual é, e há questões que nós só podemos determinar se tivermos a possibilidade de facto de definir políticas. Volto a dizer o que disse no início, é pelo facto de termos uma taxa ligeiramente mais elevada no IMI para continuar a cumprir os nossos compromissos, é por aí que se vê a nossa rejeição ou o nosso descomprometimento em relação à nossa matriz ideológica? Não, os compromissos estão cá e são aqueles que nós assumimos diariamente com as populações. Nós continuamos a procurar honrar tudo aquilo que são as nossas atribuições e as competências municipais. Quem é que resolve os problemas dos cidadãos no dia-a-dia, quem é que resolve as questões relacionadas com a recolha dos resíduos, quem é que resolve as questões relacionadas com a conservação da rede viária, os equipamentos municipais fundamentais à qualidade de vida das pessoas, com as escolas, com os transportes escolares? Quem é que resolve estes assuntos, quem é que dá a cara às populações e quem é que tem a obrigação de prestar um serviço público que se quer continue a ser de qualidade, que garanta o acesso em condições de igualdade a todos, quem é que continua a fazer isto? É a Câmara Municipal. Nos não privatizámos serviços, não damos fora serviços essenciais nos quais a matriz ideológica é muito importante, por exemplo o caso da água, ou então estaríamos aqui a falar dum cenário em que a população do concelho de Palmela pagaria a água ao preço, pelo menos, das recomendações da entidade reguladora, pelo menos, porque a entidade reguladora aí até dar liberdade. Se nós não tivéssemos uma matriz ideológica muito clara não tínhamos preços com um teto claro relativamente à água, ou seja preços que continuam a ser, ainda assim, preços subsidiados. Isto é não faturamos aos cidadãos aquilo que verdadeiramente nos custa ir buscar, tratar, fornecer a água à casa das pessoas. Esta é uma opção ideológica clara. O que fazemos nos transportes escolares quando atribuímos a possibilidade de transportar as crianças que estão a dois quilómetros de distância da escola e não apenas a quatro quilómetros como a lei diz, essa é uma opção que tem a ver com a nossa matriz ideológica porque achamos que a educação é de facto fundamental e as famílias têm que ser ajudadas para poder cumprir com a sua fatia de responsabilidade na educação. Nós cumprimos com a nossa parte facilitando o transporte às crianças. Estas são questões essenciais da nossa matriz ideológica e depois temos um conjunto de outros incentivos que são dados, os preços para as famílias numerosas nos equipamentos municipais como as piscinas e outros, os impostos especiais para os edifícios no centro histórico, o incentivo que damos aos proprietários que para além de serem proprietários ainda por cima têm casas arrendadas no centro histórico, os incentivos que damos às obras de reabilitação no próprio centro histórico, a redução das taxas da Derrama para as pequenas e médias empresas que apresentam um volume de negócios inferior aos cento e cinquenta mil euros. Tudo isto são medidas e apoios que têm a ver com as nossas opções de fundo, com as

nossas opções ideológicas e que estas sim dependem das câmaras municipais porque se fossemos Governo faríamos outras opções, é evidente, ao longo de muitos anos.

A questão da participação fixa no IRS que foi colocada pelo CDS/PP está na página onze e são dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil euros, números redondos.

Em relação à questão do número de trabalhadores da Câmara acho que temos que enfrentar este assunto. Não é verdade que nós tenhamos mais de novecentos trabalhadores pelo facto de defendermos o emprego, nós defendemos o emprego é verdade e defendemos o trabalho, o trabalho com condições, o emprego com direitos, mas não é por isso que temos novecentos trabalhadores na Câmara Municipal. Nós temos mais de novecentos trabalhadores porque temos um território com quatrocentos e sessenta e cinco quilómetros quadrados, com uma dimensão rural imensa e isso não tem nada que ver com o cuidar dum território concentrado, relativamente uniforme, por exemplo Barreiro ou mesmo Almada que são territórios muito concentrados onde trabalhadores com as mesmas caraterísticas podem ser em número menor na medida em que se movimentam num território concentrado. O mesmo acontece com as redes de infraestruturas, quando tem que se criar infraestruturas em territórios concentrados com trinta, quarenta ou setenta quilómetros quadrados não tem nada que ver com o esforço que temos que despender quando criarmos as mesmas infraestruturas em territórios com quatrocentos e sessenta quilómetros quadrados e o retorno é infinitamente menor no nosso caso do que nesses territórios. Por que é que nós temos tantos trabalhadores? Se nós reduzíssemos o número de trabalhadores e fizéssemos os trabalhadores circularem no concelho de ponta a ponta, havia funções que seriam executadas uma vez por mês para conseguirmos chegar a todos os cantos do concelho. Nós temos que ter mais trabalhadores para poder manter rotinas em todas as freguesias nos cinco cantos do concelho, e esta é uma opção que é completamente diferente num território concentrado e num território disperso como é o caso deste. A própria multiplicidade de áreas em que a Câmara Municipal intervém, por um lado, no âmbito das nossas atribuições e competências estritamente e, por outro lado, no âmbito daquilo que nós defendemos como o projeto de desenvolvimento local para Palmela isso obriga-nos a fazer opções. Falava-mos há pouco aqui na reunião de Câmara, os Srs. Membros da Assembleia não estavam presentes, a propósito das questões do comércio local e das atividades da Câmara. Palmela habituou o seu território, os seus munícipes, os parceiros locais a que têm uma intervenção seja de dinamização seja de parceria em áreas que não são rigorosamente da nossa competência mas nós assumimos ir lá. Assumimos ir lá porquê? Porque faz parte do tal plano de desenvolvimento que temos para este território e porque há muitos anos atrás dissemos, e assumimos, que era fundamental um incentivo e uma parceria no âmbito das atividades económicas para puxar por este concelho. É graças a isso que podemos dizer que temos hoje um setor na área do vinho e da vinha com a pujança que tem, um setor que tem reconhecimento, capacidade, massa crítica, que foi tenho investimento porque a Câmara também teve intervenção nessa área mas para isso foi preciso ter técnicos para além de ter visão política. Ter técnicos, ter trabalhadores que dão corpo aos projetos e que os materializam. Ter mais de novecentos trabalhadores tem que ver com tudo isto e não com a ideia de ter um emprego protegido neste caso na autarquia. Nós estamos cá, respeitando os trabalhadores e tendo os trabalhadores como parte indispensável e indissociável do nosso projeto político, nós estamos cá essencialmente e em primeira e última linha para servir os cidadãos, os munícipes e naturalmente muitos deles também são trabalhadores."

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 14 votos a favor da CDU, 7 votos contra (5 do PS e 2 do CDS/PP) e 1 abstenção do PSD. Aprovado em minuta.

Ponto Três – Empréstimo de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros

Sr. Presidente da Mesa:

"Sra. Presidente, pretende acrescentar mais alguma coisa ao ponto três ou aguarda que sejam colocadas questões?"

Sra. Presidente da Câmara:

"A proposta é igual à que temos trazido nos últimos anos, juntamente com o Orçamento, e destina-se a financiar essencialmente os primeiros meses do ano em que a receita não acontece."

Sr. Presidente da Mesa:

"Relativamente a este ponto há alguma intervenção?"

Sr. João Completo Costa do PS:

"Bom dia a todos porque já passa da meia-noite, já estamos no dia vinte e não acabou o mundo. Isto foi para acordarmos um pouco mas tem alguma razão este dizer bom dia, e isto foi porquê? Porque a discussão do Orçamento é, provavelmente, um dos momentos mais importantes da vida da Assembleia Municipal. Ter uma ordem de trabalhos com dez pontos e ainda por cima com período dos munícipes, período de antes da ordem do dia é mesmo para estarmos aqui até às três horas da manhã, pelo que o que eu sugeria ou desejaria é que, por exemplo, esta discussão tivesse sido inserida numa sessão extraordinária ou numa só para discutir o Orçamento e não com esta ordem de trabalhos. É esta crítica, no sentido construtivo, que eu deixo aqui.

E vamos então ao ponto três. Como a Sra. Presidente disse este ponto aparece sempre por esta altura, que é o pedido do empréstimo a curto prazo para suprir necessidades de tesouraria nos primeiros meses do ano. Numa empresa privada, que não tem nada a ver com a gestão de uma Câmara às vezes as pessoas pensam que é igual mas não tem nada a ver, eu até poderia entender dada a difícil previsão das receitas, do prazos de pagamento, embora não defenda isso, que um crédito a curto prazo para cobrir necessidades de tesouraria possa existir. Com a previsibilidade que uma Câmara tem ou pelo menos uma maior previsibilidade na obtenção das receitas, no momento em que elas entram efetivamente nos cofres da autarquia penso que com uma programação, e entendam esta crítica também do ponto de vista construtivo, uma melhor programação, uma afetação, uma distribuição mensal dos recursos esta necessidade não digo que não tivesse que existir mas não nos montantes que estamos aqui a falar até porque isto tem um custo. O empréstimo embora seja de curto prazo tem um custo, o dinheiro tem um preço e o custo financeiro é importante e seria um valor que se podia evitar. É nesse sentido que nós achamos, e como disse a Sra. Presidente todos os anos ele aparece aqui, embora os principais impostos só sejam arrecadados a partir do meio do ano que com uma melhor utilização do Orçamento esta necessidade podia suprimir-se. É neste sentido que nós criticamos este pedido, de qualquer forma entendemos que sem ele há compromissos que ficam por cumprir e, pensamos, que até alguns salários poderão estar em perigo pelo que não iremos votar contra esta proposta mas chamando-se a atenção para o facto que ela podia ser evitada ou minimizada."

Sr. José Cardoso do PSD:

"É só para dizer duas coisas: uma é que a fome está deste lado e vocês continuam a comer e a outra é que é com alguma satisfação que vejo aqui nas entidades bancárias a consultar a Caixa de Crédito Agrícola, recomendação que eu tinha feito na última e depois é assim, nós podemos não gostar deles mas precisamos. Quando eu oiço a CDU criticar acerrimamente os bancos e a banca que ganha muito dinheiro, eu também crítico, mas se nós precisamos deles. Em relação a isto se a CDU me der qualquer coisa para comer (!) eu voto favoravelmente."

Sr. Presidente da Mesa:

"Meus senhores, eu vou passar a palavra à Sra. Presidente mas só queria numa pequenina nota dizer ao Sr. João Completo que a Lei, e o próprio Regimento da Assembleia Municipal, diz que temos cinco sessões ordinárias por ano e esta é de facto aquela onde devemos discutir as Grandes Opções do Plano e Orçamento é por isso que não faz muito sentido discuti-la numa Assembleia extraordinária, outros pontos eventualmente poderiam ter acontecido, mas esta nem sequer é das mais complicadas de todas nem a mais comprida e vamos acabar antes das duas horas de certeza.

Sra. Presidente, se faz favor."

Sra. Presidente da Câmara:

"Obrigada Sr. Presidente. O empréstimo destina-se realmente a suprir eventuais necessidades de tesouraria. Aquela recomendação que o Sr. Membro da Assembleia João Completo faz é verdadeira, é útil quando é possível, ou seja nós hoje em dia não temos capacidade. Primeiro os impostos que entravam, e entram, com regularidade hoje têm montantes ínfimos, como é o caso do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis), e nós não temos capacidade de armazenar e quando chegamos ao final amealhar dinheiro suficiente para viver com tranquilidade até Abril/Maio do ano seguinte, porque em boa verdade só quando entra a primeira tranche do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) é que nós voltamos a ter alguma capacidade de cumprir todos os compromissos.

É de facto uma questão de prudência, não era assim no momento em que nós conseguíamos chegar ao final do ano com saldo. De qualquer modo aquilo que nós pagamos deste empréstimo é rigorosamente aquilo que usamos. Por exemplo o empréstimo do ano de dois mil e doze, que já está pago, não foi nunca usado na sua totalidade, vai sendo usado à medida que faz falta e não tem que ser mobilizado todo para a conta da Câmara e não tem encargos na sua totalidade mas sim rigorosamente no montante que é utilizado e em função do tempo em que vai sendo utilizado. Apesar de tudo é uma situação relativamente confortável. Disse Sr. Presidente."

Sr. João Completo Costa do PS:

" É verdade mas isto é um bocado como a pescadinha de rabo na boca ou seja até final de dois mil e treze tem que se pagar esse empréstimo. Ora bem, o primeiro ano de pagamento do empréstimo é o mais difícil de todos porque se não tiver que pagar esse pode amealhar esse valor para suprir as dificuldades do primeiro semestre."

Sra. Presidente da Câmara:

"Sim, mas isso significa alguma capacidade financeira que só é possível a partir de determinados níveis. Nós conseguimos até determinada altura e deixámos de conseguir. Neste momento com o nível de receitas e a imprevisibilidade da receita mês a mês é muito difícil."

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 20 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS e 1 do PSD) e 2 abstenções do CDS/PP). Aprovado em minuta.

Ponto Quatro – Autorização prévia nos termos da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso)

Sr. Presidente da Mesa:

"Pergunto, como sempre, à Sra. Presidente se quer aduzir mais alguma coisa à proposta ou se aguarda algum pedido de esclarecimento."

Sra. Presidente da Câmara:

"Trata-se de uma questão legal apenas, nós somos obrigados a trazer a autorização genérica para todos os compromissos financeiros que ultrapassam o tempo do ano. Depois estipula-se aqui, para não ser uma

espécie de "cheque em branco" como se diz, duas regras que são indispensáveis cumprir. A primeira é que mesmo esses projetos que nós estamos aqui a autorizar têm que estar nas Grandes Opções do Plano em cada ano e por outro lado não podem ser superiores a cem mil euros, são estas as condições que têm que ser respeitadas. Disse".

Sr. Presidente da Mesa:

"Srs. Membros quem pretende intervir neste ponto? Sr. Deputado Municipal José Cardoso, se faz favor."

Sr. José Cardoso do PSD:

"É só um esclarecimento. Eu estou a ver este mapa e então nas primeiras quatro rúbricas o valor global totaliza o ano de dois mil e doze e seguintes e nas duas últimas não acontece isso. Porquê? Não é referente à mesma coisa? É que estamos aqui a falar da autorização prévia."

Sra. Presidente da Câmara:

"Vou pedir ao Dr. José Monteiro que explique porque não estou bem a perceber a questão."

Sr. José Cardoso do PSD:

"Nós temos dois documentos, temos a deliberação aprovada na sessão de seis de Junho, autorização prévia nos termos da lei em que se dá conhecimento à Assembleia e depois estamos a aprovar. Eu só pergunto, neste quadro que vocês juntam neste documento as primeiras quatro parcelas o valor global totaliza o ano de dois mil e dois e seguintes e nas últimas parcelas o valor global é superior ao de dois mil e doze e seguintes, é assim?"

Sra. Presidente da Câmara:

"Sr. Presidente, o Dr. José Monteiro pode prestar esclarecimentos?"

Sr. Presidente da Mesa:

"Pode com certeza."

Dr. José Monteiro:

"Muito rapidamente, aquilo que está em deliberação nesta Assembleia é a proposta de autorização genérica para que a Câmara assuma compromissos plurianuais. Se verificarem na proposta diz que: "...em todas as sessões ordinárias a Câmara dará conhecimento dos compromissos plurianuais que entretanto forem tidos". A deliberação é esta só. Entretanto foi enviado à Assembleia para conhecimento os compromissos plurianuais que ao abrigo da deliberação tomada em dois mil e doze, e esta é para o Orçamento de dois mil e treze, que entretanto foram tomados."

Sr. José Cardoso do PSD:

"Certo, até aí tudo bem. Agora a justificação, o valor global subentende-se que será o ano de dois mil e doze e seguintes para dar o valor global, e nas duas últimas rúbricas não é isso que acontece."

Dr. José Monteiro:

"Eu não consigo dizer qual é o valor global."

Sra. Presidente da Câmara:

"Podemos esclarecer depois? O Dr. José Monteiro não consegue responder a esta questão neste momento, temos que esclarecer o que está aqui. De facto é só conferir os valores relativamente à informação que trazemos sobre o ano de dois mil e doze, e vamos confirmar este alerta para ver se o mapa está bem feito ou não."

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 20 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS e 1 do PSD) e 2 abstenções do CDS/PP). Aprovado em minuta.

Ponto Cinco – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear – Lei nº 49/2012, de 29 de agosto

Sr. Presidente da Mesa:

"Sra. Presidente, tem a palavra."

Sra. Presidente da Câmara:

"Nós fizemos uma reunião de trabalho com representantes de cada um dos grupos da Assembleia para explicar a natureza desta proposta, pelo que eu prescindia um bocado de o fazer aqui sublinhando só que decorre da nova legislação que obriga-nos a trazer à Assembleia Municipal o Regulamento da Estrutura Nuclear.

A Estrutura Nuclear é aquilo que designamos pelas unidades correspondentes às direções de departamento, que são apresentadas nesta proposta, e depois o que se propõe aqui é que a Assembleia Municipal delibere, que é isso que a lei também diz, autorizar a Câmara Municipal a constituir um número de divisões que a lei nos confere que nosso caso poderá ir até um limite de onze divisões.

Dizer que esta é uma das leis que nós temos combatido, tem associada a questão da redução substancial do número de cargos dirigentes que, como temos dito, é claramente, por um lado, um ataque à autonomia do poder local e, por outro lado, à capacidade de executar a sua missão. Nós acreditamos que está é uma má lei mas temos que a materializar desta maneira que é submeter à aprovação à Assembleia Municipal. Depois é competência da Câmara vir a construir toda a estrutura e implementá-la.

De qualquer modo olhando para a lei aproveito para dizer aos Srs. Membros da Assembleia que a nossa visão é manter a estrutura orgânica atual naquilo que é possível manter e não aplicar de imediato este desenho. De qualquer modo somos obrigados a aprová-lo e a remetê-lo à DGAL."

Sr. Presidente da Mesa:

"Srs. Membros quem pretende intervir neste ponto?

Sr. Pedro Taleço do PS:

"Começava esta intervenção por agradecer a disponibilidade do momento que foi criado para que pudéssemos conhecer melhor as razões e o que orienta esta proposta.

O PS vai votar contra, não propriamente pela Estrutura e pelo Regulamento que é apresentado mas pela manifestação, que de resto foi afirmada, de suspender este Regulamento e de manter uma solução adaptada à medida que as comissões de serviço dos dirigentes forem acabando. Estamos a falar de uma orgânica e é diferente ir adaptando à medida que os serviços ficam sem dirigentes acumulando outros dirigentes esses mesmos serviços do que fazer um planeamento de raiz.

Percebemos a opção política que no fundo é esperar para ver se alguma coisa muda em março na lei, na conjuntura, no Governo Nacional, mas atentos ao que é o princípio da legalidade compete à Câmara, dentro das competência definidas na lei e dentro do que emana da lei, executar o que emana da Assembleia da República. Portanto também considerando que esta lei é cega teremos sérias dúvidas que esta estrutura poderá ser equilibrada à medida que forem caindo as comissões de serviço e os dirigentes, sabemos que até Março ficará reduzido a cinco diretores de departamento. Estamos aqui a falar de uma acumulação com a agravante que destes dirigentes alguns deles retornarão, exceto se puserem mobilidade, a outras câmaras municipais a outros territórios de onde vieram. Mesmo dizendo que havendo uma subdelegação de competências estas pessoas chaves na estrutura deixam de estar, pelo que temos sérias dúvidas e duma orgânica se trate do que a este formato duma adaptação à medida que não houver dirigentes e de acumulação de departamentos numa Câmara que leva ao máximo o conceito da especialização em relação a outras. Se quisermos olhar para Setúbal a adaptação a esta lei é relativamente tranquila. Obrigado."

Sr. José Charneira da CDU:

"Duas ou três notas só sobre esta lei e sobre mais este atentado ao poder local democrático, e é assim que isto tem que ser entendido. De facto eu não entendo muito bem a posição do PS porque, por um lado, esta faculdade que a Câmara está a usar de não aplicar suspendendo e de não aplicar de imediato a lei está prevista na lei e é um recurso que a Câmara poderá utilizar. Segundo, a aplicação desta lei já implicava que a Câmara tivesse que indemnizar os dirigentes que o deixavam de ser portanto, obrigatoriamente, teria que ter disponibilidade financeira para o fazer.

Já agora não percebo qual é a pressa de aplicar a lei. Então PS está de acordo com a lei ou não está? É que se está de acordo, pronto está de acordo e tem que o assumir que o está. Agora se não está de acordo mas diz assim: a gente não está de acordo mas têm que a aplicar já, então o que é que está a procurar? Está a procurar que se crie aqui o caos, a confusão, tudo isso, quando a Câmara está a aplicá-la escrupulosamente e está a aplicar um mecanismo que a própria lei prevê. Até porque quem fez a lei, além de ser uma lei muito confusa, muito complicada, há aqui algumas coisas que não se percebem muito bem, por exemplo podem-se criar cargos dirigentes e depois não se podem prover esses cargos dirigentes, há aqui uma mistura e uma grande confusão nisto tudo, prevê este mecanismo da suspensão e é este mecanismo que dá alguma folga à Câmara para, de uma forma organizada, com calma e ponderada, poder aplicar a lei sem a aplicar de imediato. Isto permite que se faça uma gestão adequada da situação, agora parece que o PS queria é que se criasse aqui o caos e nós de facto entendemos um bocadinho a vossa posição. Aliás é curioso que na Assembleia da República os senhores votaram a favor da lei, os senhores aprovaram esta lei e se aprovaram é que a queriam aplicar de imediato e estão de acordo com o que lá está. Ainda bem que é para ficarmos esclarecidos que estão contra, mais uma vez, o poder local democrático. Disse Sr. Presidente."

Sr. Francisco Piteira dos Santos do CDS/PP:

"Sr. Presidente, relativamente a este assunto só um breve considerando. As leis boas são as leis cegas. Já aqui ouvi dizer hoje, no sentido pejorativo que as leis são cegas e ainda bem que o são.

Relativamente à lei e ao assunto em apreço lembramos que esta lei decorre duma obrigação do Estado português devido às contingências que vivemos atualmente, desde dois mil e oito para sermos mais concretos, e que as instituições que financiam neste momento a Nação para que ela continue a funcionar previram nesse acordo que fosse obrigatório fazer-se esta redução de dirigentes a nível local.

Estamos aqui numa situação que decorre da gestão do executivo e pela qual nós não nos pondo de parte na aplicação da lei também não podemos estar contra a opção do poder local, como aqui é dito, e do executivo do Município de Palmela por isso vamos votar a favor desta proposta."

Sr. José Cardoso do PSD:

"Esta é mais uma razão da minha postura nesta Assembleia. Eu devo de confessar que a forma como decorre as reuniões preparatórias da Assembleia Municipal e provavelmente era natural que fosse expandido o descontentamento que a CDU que exerce o executivo desta Câmara pudesse revelar, mas eu fiquei muitíssimo satisfeito pela forma empenhada e até devo confessar publicamente que é tão fácil criticar mas é tão difícil fazer melhor. Foi explicado o ponto da situação atual da Câmara de Palmela, o que vai acontecer nos próximos três ou quatro meses, a redução que vai acontecer naturalmente, a possibilidade que a lei permite este enquadramento em que eu estou inteiramente de acordo porque ficava muitíssimo mais preocupado se sentisse da parte da CDU, e do executivo, uma rejeição pura e simples da lei e o não querer acatar a lei. Compreendo, aceito perfeitamente, e volto a repetir que é muito fácil dizermos mal e criticarmos mas isto não é nada fácil gerir, e gerir uma Câmara como esta, mais à frente quando formos discutir o Mapa de Pessoal terei oportunidade de reforçar a minha opinião, porque é a minha mas é evidente que aceito a dos outros.

Em relação ao Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, de acordo com a lei e de acordo com os princípios que a Câmara quer desenvolver, o PSD está de acordo e vai votar favoravelmente."

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 17 votos a favor (14 da CDU, 1 do PSD e 2 do CDS/PP) e 5 votos contra do PS. Aprovado em minuta.

Ponto Seis – Mapa de Pessoal para o ano de 2013

Sr. Presidente da Mesa:

"Sra. Presidente, pretende aduzir mais alguma questão ao ponto ou aguarda?"

Sra. Presidente da Câmara:

"Não sei se a questão do Mapa de Pessoal é clara para todos os Srs. Membros da Assembleia mas, provavelmente, será melhor responder às questões."

Sr. Presidente da Mesa:

"Algumas questões meus senhores sobre o Mapa de Pessoal?"

Sr. José Cardoso do PSD:

"Não tanto sobre o Mapa de Pessoal mas sobre os considerandos feitos e agora, talvez, porque se enquadra perfeitamente neste ponto da ordem de trabalhos. Volto a repetir é a minha opinião pessoal e digo-lhe com sinceridade e, provavelmente, com o conhecimento duma pessoa que esteve numa empresa com responsabilidade e mais de mil e quinhentos trabalhadores.

A Sra. Presidente pode ter a certeza absoluta, e o executivo, que há muita coisa que se passa no meio empresarial e no meio de funcionários que a Câmara e o executivo não têm conhecimento. Há uma triagem entre as chefias e os trabalhadores, e há uma coisa que também é um facto que é assumido é que ao longo destes anos, quer queiramos quer não, o executivo e maioria, primeiro APU e depois CDU, tem governado os destinos da Câmara desde o pós 25 de Abril e há uma situação de comodismo.

Quero que fique bem claro que não estou a acusar o executivo camarário, porque tenho consciência que a maior parte dos casos que são de má gestão não lhe chegam ao conhecimento e não tenho dúvidas

nenhumas que se chegar ao conhecimento da Câmara que há um determinado setor que não funciona que a Câmara toma imediatamente providências. Mas há muitas coisas que acontecem nesta, e não é só nesta é quase em todas, e é mais difícil.

Quando se fala na mobilidade eu estava absolutamente convencido que quando se fez os protocolos de descentralização para as Juntas de Freguesia que havia determinadas possibilidades daqueles trabalhadores, citados pela Sra. Presidente, que saem da Câmara às oito e meia e depois vão para Marateca e chegam lá às nove e picos e depois regressam a Palmela para almoçar e regressam de novo a Marateca e voltam para a Câmara onde têm que estar às quatro horas, perde-se, é má gestão, podem ter a certeza absoluta que é má gestão. Quando digo que é má gestão não estou contra o executivo, nem contra os trabalhadores, estou acima de tudo contra as chefias que tinham por obrigação explicar a quem de direito que era possível gerirmos estas coisas de outra forma.

De qualquer forma em relação ao Mapa de Pessoal, volto a repetir há muitos serviços que a Câmara Municipal de Palmela ao longo dos anos pelas suas disponibilidades financeiras foi fazendo, por falta de iniciativa da atividade individual das pessoas e das coletividades, acompanhava, dava o pessoal e incentivava. Fez-se muita coisa neste concelho com o apoio inestimável da Câmara Municipal de Palmela, mas volto a repetir isso não vai ser possível nos próximos tempos e a Câmara, e muito bem, estará de certeza absoluta a pensar em redirecionar todo este apoio fundamental que deu a uma grande parte do associativo neste concelho e que não vai ser possível continuar.

Julgo que a Sra. Presidente está no último mandato e teve a felicidade, embora este último ano já seja muito pesado e muito difícil, de presidir a uma câmara que fez muito pelo seu concelho e pela sua terra. Tenho pena que o futuro Presidente, seja ele do PS ou da CDU, não vá ter as condições excelentes que a Câmara Municipal de Palmela teve e faço um apelo muito grande para que tenhamos todos consciência dos atos que nós incentivamos, muito mais pela parte da CDU do que por parte do PS, porque normalmente "o peixe morre pela boca" e nós muitas vezes somos "obrigados a engolir" muita coisa que nós dissemos e que nós contestámos e depois vamos chegar à conclusão que temos que fazer.

O voto do PSD em relação ao Mapa de Pessoal é a abstenção."

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (14 da CDU e 5 do PS) e 3 abstenções (1 do PSD e 2 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

Ponto Sete – Abono de despesas de representação ao pessoal dirigente/artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto;

Sr. Presidente da Mesa:

"Sra. Presidente, se entender fazer algum considerando faça favor."

Sra. Presidente da Câmara:

"Sr. Presidente, isto na prática não tem nada de novo nem é nenhuma despesa nova como acho que os Srs. Membros da Assembleia perceberam. A lei remete para decisão da Câmara e da Assembleia Municipal esta possibilidade de abonar, ou não, os seus dirigentes com as chamadas despesas de representação. O que nós propomos é que os dirigentes recebam estas despesas nos termos em que a própria lei as define. Na prática é aquilo que vem sendo feito desde sempre."

Sr. Presidente da Mesa:

"Algumas questões meus senhores? Parece de facto não suscitar dúvidas."

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 20 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS e 1 do PSD) e 2 abstenções do CDS/PP). Aprovado em minuta.

Ponto Oito – Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Município de Palmela para o mandato 2009/2013 – atualização

Sr. Presidente da Mesa:

"Torno a perguntar à Sra. Presidente se quer aduzir mais alguma à proposta ou se aguarda comentários?"

Sra. Presidente da Câmara:

"É essencialmente a proposta que tem sido levada à prática nos anos anteriores, teve apenas uma pequeníssima correção e, tendo em conta a situação financeira da autarquia, teve uma redução de cerca de quinze por cento relativamente ao ano anterior. Sr. Presidente."

Sr. Presidente da Mesa:

"Questões sobre o ponto oito, quem tem?"

Sra. Maria Fernanda Esfola do PS:

"Muito obrigada Sr. Presidente. A Câmara Municipal de Palmela foi pioneira, e muito bem, na delegação de competências às Juntas de Freguesia o que fez com que, ao longo destes anos, se criassem condições humanas e materiais por for forma a prestar o melhor serviço à população. Comprou-se equipamentos, admitiu-se pessoal, etc. Neste momento e com os sucessivos cortes que se têm vindo a fazer, e desde dois mil e nove e até agora já são cerca de sessenta por cento, tem vindo a dificultar cada vez mais e até a pôr em causa o Orçamento das Juntas assim como a prestação dos serviços à população.

No caso da Marateca, e devido às suas caraterísticas rurais e ao maior afastamento da sede do Município, é das que mais protocolos tem, são nove. Os dois que não tem são porque não existem nem polidesportivos nem mercados municipais na Marateca, no entanto é a que tem menos verbas. Apesar de ser uma freguesia rural com cento e trinta quilómetros quadrados existem outras freguesias que sendo urbanas e com menos de metade da sua área conseguem ter o dobro dos quilómetros de aceiros ao mesmo tempo que conseguem ter quatro vezes e cinco vezes mais metros quadrados em calçadas. Desculpem mas isto continua-me a fazer muita confusão.

Em dois mil e treze vamos levar novamente um corte de cerca de dezasseis por cento quando deveríamos ter aumentado os protocolos nas calçadas, na higiene e limpeza, nos espaços verdes e na rede viária. Temos mais área para executar, nomeadamente a urbanização do Sobreiro em que os seus munícipes continuam a ser esquecidos, e nós apesar de toda a nossa boa vontade, e sem os recursos, não conseguimos fazer a maior parte dos serviços que nos são pedidos. Infelizmente é a população que vai sofrer com isso. No entanto a Câmara continua a pagar em quotizações a associações, de que faz parte, cerca de cento e cinquenta mil euros e a verba destinada a Marateca são só cento e um mil euros.

Sra. Presidente, Sr. Presidente, a população da Marateca não pode, nem merece, ser tratada desta maneira. É que só com grande rigor orçamental, uma excelente gerência, uma grande criatividade e acima de tudo com um grande esforço dos funcionários e do executivo que, desde há quinze anos, vimos conseguindo melhorar e desenvolver a nossa freguesia. Mas assim já começam a faltar as forças, porque antes há quinze anos atrás nada foi feito e quem lá esteve não soube nem reivindicar, nem pedir contrapartidas e inclusive deixou que outros conseguissem, que se aproveitassem e levassem tudo e ficassem com tudo.

Sra. Presidente, vou simplesmente, fazendo um grande esforço, votar a favor porque os compromissos que a Junta de Freguesia de Marateca assumiu não me permitem votar contra esta delegação e estes protocolos."

Sr. Valentim Pinto da CDU:

"Sr. Presidente, eu obviamente que compreendo as preocupações da colega da Junta de Freguesia de Marateca como é evidente. Diria até que estou solidário nas preocupações mas não estou solidário na avaliação das causas e das responsabilidades. Nas preocupações porque as juntas de freguesias e as autarquias em geral, já aqui falamos e não vale a pena repetirmo-nos, estão a entrar num processo de estrangulamento financeiro. A própria Câmara Municipal com a redução das receitas próprias decorrentes da recessão económica e das transferências do Estado tem uma redução prevista na casa dos trinta a quarenta por cento. Era inevitável por muito que nós não gostássemos, e eu também não o desejava como é óbvio, que se fizesse refletir na descentralização de competências para as Juntas de Freguesia essa mesma redução de receitas próprias ou indiretas que a Câmara Municipal também tem.

Penso que a nossa batalha politica se centra, e deve centrar, na exigência de uma maior autonomia política e financeira das juntas de freguesia com competências próprias diferentes daquelas que existem e com os recursos respetivos. De qualquer das formas a lei já aponta para algumas áreas que a mim me preocupam, não pelas competências mas pelos recursos que serão afetos e essa será provavelmente, se a lei das atribuições e competências das juntas vier a ser aprovada e entrar em vigor, uma questão interessante até para compararmos depois aquilo que recebíamos dos protocolos de descentralização de competências da Câmara e aquilo que passaremos a receber depois do FFF (Fundo Financiamento das Freguesias), nomeadamente como está previsto na manutenção das escolas da rede pública, na manutenção de espaços de jogos e recreio, enfim há um conjunto de competências que se preveem que sejam endereçadas às juntas de freguesia. Vamos ter depois o chamado envelope financeiro e vamos ver naquilo que se traduz, para isso, obviamente, basta ver um pouco da história do que tem sido as políticas perante o poder autárquico deixam-me verdadeiramente preocupado e deve-nos deixar a todos preocupados.

Compreendo e eu próprio sinto, como todos sentimos, estas dificuldades acrescidas sobretudo em economias de escala que são reduzidas e onde os custos de funcionamento acabam por ter proporcionalmente um valor, porque isto é um rácio e se as receitas reduzem há custos que nós temos dificuldade em reduzir e outros não, mas percebo que neste quadro a Câmara não tivesse outra alternativa.

Depois há questões que não comento porque não me cabe a mim comentar que é o problema das medições se estão bem-feitas ou mal feitas, nomeadamente as calçadas e os caminhos e aceiros, caberá à Sra. Presidente fazê-lo se assim o entender. Acredito, e quero dizer com toda a franqueza que não andei a medir a metragem da calçada nem da rede viária porque seria absolutamente impraticável, que estas medições estejam corretas, enfim com a aproximação possível porque quando há novas urbanizações há novas calçadas e quando há aceiros que entretanto são pavimentados também esses aceiros deixam de ser considerados como tal. De qualquer das formas o caso da colega Presidente da Junta de Freguesia de Marateca se tem elementos objetivos e medições que lhe parece que a Câmara não está a avaliar corretamente, tem toda a legitimidade de o colocar e não me compete a mim fazer comentários sobre isso.

Já não estou de acordo depois quando fala no facto de a Câmara estar nalgumas associações. Sinceramente não é uma comparação feliz, porque não é por aí e não é esse tipo de comparações que podemos fazer. A Câmara está em associações, há outras em que vai estar e até há hoje uma proposta de algumas associações a que irá deixar de pertencer, mas não me parece que seja por aí e isso parece-me um pouco a intervenção do jovem da Juventude Socialista ou daquele cidadão que falou até no fogo-de-artifício uma vez que não me parece seja esse o caminho.

Manifestar de facto da parte da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo preocupação com esta realidade, preocupação com a realidade das autarquias em geral em todo o país e no caso concreto do nosso concelho, como é evidente, mas compreendendo que neste quadro era inevitável a redução de cerca de quinze por cento das verbas transferidas para as Juntas de Freguesia."

Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Vou ser muito rápido porque a verdade é que eu às vezes fico confuso com algumas posições. Nós estamos a falar de autarquias que gerem territórios diversos e diversificados e as que estão mais próximo das populações, e é isso que nós dizemos até para a manutenção das cinco. São aquelas que conhecem o território, que conhecem as populações, que conhecem as suas necessidades e aquelas que podem em última análise, ou em primeiro, acudir aquilo que as populações mais precisam, resolver os problemas mais pequenos mas muito importantes para elas.

Houve expetativas criadas desde dois mil e nove com a descentralização, com competências, com atribuição das transferências correntes e de capital, e a verdade é que desde dois mil e nove até hoje, e já foi dito aqui pela Presidente de Junta da Marateca, as Juntas de Freguesia perderam cerca de seiscentos e cinquenta mil euros das verbas transferidas pela autarquia, quinhentos e quarenta e seis das transferências corrente e cento e três das transferências de capital. É preocupante que isto aconteça numa altura, e agora estes mais quinze por cento, e num ano em que é preciso reforçar e mostrar ao poder central que esta descentralização de competências e esta capacidade financeira que nós temos que dar às freguesias para que façam o seu trabalho de forma séria, e que vá ao encontro daquilo que as populações esperam delas, seja mostrado ao poder central que acabar com elas é mau.

Se descentralizamos, exigimos as freguesias, atribuímos as competências, atribuímos fontes de rendimento nomeadamente as transferências correntes e as transferências de capital e depois reduzimos, a verdade é que entramos aqui em contradição porque quando são os outros a reduzir nós arranjamos um conjunto de desculpas ou de contradições e dizemos que eles são péssimos mas quando somos nós a reduzir já temos explicações para tudo.

Eu não vejo no Orçamento apresentado nenhuma rubrica com, e posso estar enganado mas dir-me-ão, com um corte de quinze a dezasseis por cento. E mais, e os trabalhadores das Juntas o que é que lhes vai acontecer? Vai-se diminuir o número de trabalhadores? Vai-se transferir para os serviços da Câmara? Vão-se transferir para outras Juntas ou vão para o desemprego? E a qualidade do serviço às populações, o que é que vai acontecer? Vamos reduzir a qualidade, vamos reduzir a quantidade, vamos deixar de ter a tal proximidade? Temos que ter cuidado com algum contraditório que isto aqui acarreta, porque não podemos ter um discurso quando os cortes são do governo central e depois outro discurso quando os cortes surgem da autarquia. E não podemos querer ser, e já agora dizia uma coisa que o vosso secretário-geral gosta muito de dizer "sol na eira e chuva no nabal". Efetivamente o que me parece que está aqui é quando nós cortamos estamos a dar sol, quando os outros cortam estão a mandar-nos a trovoada. Não pode ser, temos que ser coerentes um corte é sempre um corte seja feito por quem for.

Iremos votar contra percebendo completamente a posição da Presidente de Junta da Marateca e tendo a solidariedade completa com ela, pelo que o nosso voto será contra.

Sr. José Cardoso do PSD:

"Eu fui sempre um grande apologista, e citei-o em vários sítios onde estava, desta descentralização que a Câmara de Palmela fazia com os protocolos de competências e com as suas vicissitudes que ao longos dos anos foi havendo, mas digo sinceramente com certeza que há explicação e que vai ser possível dá-la.

Normalmente os orçamentos estão muito semelhantes, Marateca e Poceirão, atendendo às realidades das duas freguesias. Vejo aqui duas rubricas que me causam estranheza, mas que deve haver explicação para elas, pelo que gostava de saber porque é que a rede viária há uma diferença tão grande, creio nunca foi tão acentuada, e também na parte de educação em que há uma diferença de catorze mil euros e no caso da rede viária são quarenta e sete mil euros."

Sra. Maria Fernanda Esfola do PS:

"Muito bem a posição, e é verdade há menos dinheiro, não podemos dar mais dinheiro mas o que é um facto é que foi criado, e foram-se criando, nestes anos todos expetativas e outras expetativas. Nós fomos

criando outros serviços, a população foi-se habituando a outros serviços também e que agora vamos ter de deixar de os executar da mesma maneira que o fazíamos antes.

O problema é que se foram criando estruturas nas Juntas de Freguesia que agora é muito difícil, como é que vamos fazer? Vamos recusá-las? Vamos deitá-las abaixo? Vamos fazer o quê? Vamos vender os tratores porque já não fazemos despejos de fossas? Vamos vender os camiões e vamos fazer o quê? Então para isso nós tínhamos ficado com o dinheiro que vem do FFF e estávamos ali a passar atestados e licenças, mais nada.

Realmente o facto mais grave é que foram criadas expetativas e as Juntas foram-se adequando a todos estes novos desafios e agora é muito difícil no caso da Marateca, das outras não sei porque todas elas recebem muito mais dinheiro de tudo, de tudo, de tudo. É verdade, Marateca tem menos equipamentos, já aqui foi dito. Há quinze anos atrás ninguém fez nada e por isso mesmo não se foi criando, não há. Não há equipamentos, claro que não há e o que há também só dá trabalho e gasto de dinheiro. O que se criou foi expetativas nas Juntas de Freguesia que é um facto, e acho que toda a gente concorda com isso mesmo, e agora é a dificuldade porque nós não podemos criar expetativas e fazer com que as coisas se adequassem a um tipo de serviços que agora, de um momento para o outro, vamos todos os anos reduzindo drasticamente."

Sr. Presidente da Mesa:

"Meus senhores, eu tenho aqui mais uma inscrição mas vou dar a palavra à Sra. Presidente da Câmara porque acho que pode ajudar a discussão".

Sra. Presidente da Câmara:

"Não acho que vá ajudar a discussão Sr. Presidente, mas acho que tenho que responder diretamente àquilo que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca, até porque já tinha exposto as suas razões e o Sr. Presidente voltou a dar-lhe a palavra pela segunda vez, uma vez que ela interpela diretamente a Câmara sobre o que fazer relativamente aos compromissos que assumiu. Eu aí tenho que dizer duas ou três coisas Sra. Presidente, peço desculpa, porque não pensei fazê-lo.

Primeiro, a Junta de Freguesia de Marateca é responsável ou não? Quando fez um protocolo com a Câmara Municipal fê-lo em determinados pressupostos e nem fez, com certeza, os contratos que entendeu fazer ao abrigo de qualquer compromisso que a Câmara fizesse relativamente aquilo que a Junta assumia como encargos. Nunca isso foi tratado assim com ninguém, aliás nós a única coisa que fazíamos relativamente à questão das pessoas era tratar em concreto quando havia deslocação de pessoas. Tivemos nos primeiros anos uma tentativa e funcionou durante algum tempo que era a possibilidade de termos trabalhadores da Câmara ao serviço da própria Junta. Isso funcionou durante muito tempo e depois as Juntas foram preferindo, e isto acontecia na negociação direta dos protocolos, receber o dinheiro e tratar da responsabilidade à sua maneira.

Curiosamente, eu, tenho que dizer à Sra. Presidente de Junta de Freguesia da Marateca que se nós detivéssemos rigorosamente algumas das justificações que vêm nos protocolos eu não sei se as verbas seguiam todas. Eu não tinha pensado dizer-lhe isto, mas depois da Sra. Presidente dizer o que disse aqui tenho que lho dizer, desculpe. Faça a mais justifique, a Câmara paga-lhe. Quando fizer mais calçada como as outras Juntas fizeram, a Câmara paga-lhe. Nem gastou a verba da calçada que tinha, desculpe mas tenho que lhe dizer isto se me vem ter essa posição. Eu até digo compreendo que a Sra. Presidente vote contra. Compreendia que votasse contra, achava mais coerente que depois da sua intervenção a Sra. Presidente votasse contra o Orçamento e não que dissesse que vai votar a favor porque depende da transferência da Câmara. A Câmara é uma pessoa de bem e, quer a Sra. Presidente da Junta vote a favor quer a Sra. Presidente da Junta vote contra, nós como trazemos aqui uma proposta que será apresentada e será aprovada pela Assembleia, imagino eu, e será aprovada para todas as Juntas naturalmente eu transfiro o dinheiro.

A Sra. Presidente sabe que tem menos verba, e se não sabe tem obrigação de saber, na rede viária exatamente porque tem menos rede viária pública, as herdades, paciência, não são privadas? Então a

Câmara Municipal continua a financiar os caminhos dentro das herdades? Vá ao SIG (Sistema de Informação Geográfica) e confirme até para não ficar aqui a suspeição, porque é outra vez uma suspeição, que a Câmara está a transferir menos dinheiro para a Junta de Freguesia de Marateca, eu não admito isso. Quero dizer-lhe que ao longo de quinze anos essa questão nunca foi colocada aqui, por acaso tenho que fazer justiça a quem a tem. Nunca fui acusada de tratar de forma diferenciada ou com a injustiça a freguesia de Marateca, desculpe mas isso nunca aconteceu e lamento chegar ao fim destes anos todos para ouvir isso. Faça contas Sra. Presidente, apresente os seus relatórios e doravante vamos trabalhar rigorosamente com base nos seus relatórios e vem cá dizer no final do ano o que é que recebeu porque vem dizer também o que é que fez, isto é válido para as calçadas e para as escolas. Desculpe, nós temos "aparado muitos golpes" que é como quem diz muita insuficiência de intervenção no caso de algumas Juntas de Freguesia e neste caso concretamente da Junta de Freguesia que a Sra. Presidente Fernanda Esfola preside nós temos tido intervenções em escolas que a Junta não teve, e se fossemos rigorosos não o tínhamos. Portanto já que chegamos a este ponto do diálogo tenho que lhe dizer isto.

Depois para terminar, da minha parte claro, há sempre uma possibilidade as Juntas podem ficar com aquilo que o Orçamento de Estado e o FFF transferem para as Juntas. No caso da freguesia de Marateca se recebe cento e um mil da Câmara pois do Orçamento de Estado recebe noventa e dois mil, tem essa alternativa. Disse."

Sr. Presidente da Mesa:

"Meus senhores, eu sei que a Sra. Presidente da Junta está desejosa de intervir, mas tenho aqui dois Srs. Membros da Assembleia que também pediram. Um deles é o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, José Silvério, depois o Sr. José Charneira e depois a Sra. Presidente da Junta terá oportunidade pela terceira vez."

Sr. José Silvério da CDU:

"Agora queria dizer alguma coisa sobre os protocolos, atendendo aquilo que o Sr. Cardoso disse ali que com certeza que a realidade da freguesia do Poceirão eu também tinha muitas dúvidas e todos os anos tenho discutido que talvez tivesse a ser enganado pelos caminhos. Que cuidado é que eu tive? Medir os caminhos todos tal e qual como a Câmara os mediu e temos os quilómetros certos e ainda fomos a acordo de caminhos que estão dentro da freguesia de Poceirão e dados à Marateca, pelo menos alguns quilómetros.

Outra coisa que o Sr. Cardoso disse é que havia uma grande diferença entre uma freguesia e outra, são vinte quilómetros de diferença. A freguesia do Poceirão tem três mil cento e duas explorações rústicas, e desde que há o IMI a freguesia sabe que tem estas explorações inscritas nas finanças e esteve lá uma funcionária da Câmara para acertar isto. Quem é que tem estado a receber o dinheiro do IMI desta Junta de Freguesia desde que há o IMI? Passa, se calhar, de cinco ou seis mil euros por ano, em sete ou oito anos são muitos milhares de euros. Não são as freguesias que estão a receber que são as culpadas, é a incompetência das finanças que têm estado a dar o dinheiro indevidamente a outras freguesias e não à Junta de Freguesia de Poceirão. Isto não era para vir aqui, eu estava à espera da data que saísse o IMI para as freguesias e não saísse para a freguesia de Poceirão outra vez. É muito dinheiro, que está a sair para as outras freguesias e a responsabilidade é das finanças estar o trabalho feito e a Junta de Freguesia nestes anos todos, com as caraterísticas que tem, não receber o dinheiro do IMI.

Outra coisa, eu sou presidente e estou a meio tempo e porquê? A Junta de Freguesia está a receber metade do meu ordenado do Estado e metade pertence-lhe pagar, em meio tempo façam as contas e porquê? Porque praticamente ao fim do mês a freguesia está a lucrar com o meu trabalho seiscentos e tal euros por mês que é muito dinheiro. Ao fim de muitos anos são milhares de euros que a freguesia não gastou com o Presidente da Junta e estou a dar mais meio-dia de trabalho por dia à Junta porque eu estou a tempo inteiro, meio-dia dou eu. Façam as contas quanto é que a freguesia embolsa ao fim do ano e que não gasta com o presidente da Junta de Freguesia, isto ao fim do ano cresce muito duma tática de gestão duma freguesia, são milhares de euros. Eu vejo isso porque vejo a freguesia como vejo a minha própria casa, gosto de fazer render e resolver problemas que se vejam na freguesia do Poceirão mas com a falta daqueles cinco mil euros por ano nós podíamos ir mais além, alguém está a beneficiar e eu não sei quem é."

Sr. José Charneira da CDU:

"Sr. Presidente, prescindo da palavra. Obrigado."

Sra. Maria Fernanda Esfola:

"Eu não duvido da honestidade da Sra. Presidente e também não admito que duvido da minha porque eu também sou uma pessoa íntegra e uma pessoa séria. Quanto a ser coerente eu também antes, e quando nós a seguir a termos a reunião dos protocolos, eu mandei uma proposta e ninguém me respondeu à proposta que eu fiz sobre os protocolos.

Para dizer também ao Sr. Presidente José Silvério que fiz parte dum executivo e durante doze anos também prescindimos da verba que nos era destinada e por isso mesmo temos lá um pavilhão multiusos que foi construído com o nosso dinheiro. O pavilhão multiusos que temos na Marateca foi construído com a verba que o executivo prescindiu durante os primeiros anos do mandato.

Eu quero dizer que não duvido, nem ponho, em causa se há mais quilómetros, acho estranho que haja freguesias urbanas com metade da área da Marateca e terem o dobro de quilómetros em aceiros e depois o triplo e o quádruplo de calçadas. Agora Sra. Presidente não diga que nós não cumprimos os protocolos, e têm-se falado muita vez que os mapas não são os indicados, que as coisas não são as mais indicadas, nós fazemos muita coisa que não vem nos mapas e competia à Câmara. Nós fazemos muita coisa e não vale a pena nós falarmos em mais nada. Nós somos honestos também na Marateca, especialmente eu sou uma pessoa muito honesta e não gosto que ponham em causa também a minha honestidade."

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor (14 da CDU, 1 do PS e 1 do PSD), 4 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS/PP. Aprovado em minuta.

Ponto Nove – Contrato-Programa de indemnizações compensatórias pela gestão dos equipamentos desportivos municipais entre a Câmara Municipal de Palmela e a Palmela Desporto, EEM para o ano de 2013

Sr. Presidente da Mesa:

"Sra. Presidente, pretende acrescentar mais alguma questão ao ponto ou aguarda?"

Sra. Presidente da Câmara:

"Sim, Sr. Presidente, aguardo".

Sr. Presidente da Mesa:

"Alguma questão sobre este ponto?"

Sr. Fernando Nascimento do CDS/PP:

"Bem-haja, Sr. Presidente. Relativamente a esta proposta eu gostaria de saber se esta indemnização compensatória é dada à Palmela Desporto que está a utilizar edifícios e equipamentos municipais sem pagar nada para os utilizar, certo? Nós estamos a indemnizar uma empresa municipal que utiliza as instalações do município sem pagar nada por isso e que tem, de acordo com esta proposta que aqui está, três mil seiscentos e quarenta e cinco utilizadores. Fazendo uma média de quinze euros dá setenta e dois mil e

novecentos euros por mês. Não sei e gostaria que numa proposta relativamente à atribuição de verbas viesse qual é o capital realizado em termos de Palmela Desporto. Parece-me que uma empresa que está a utilizar equipamento municipal sem pagar, que está a tirar rendibilidade, posso estar enganado e daí que admita que podendo estar enganado gostava que a Câmara Municipal me esclarecesse, mas esta é a minha ideia e como digo posso estar enganado e preciso de um esclarecimento. A minha ideia atual é a seguinte, sendo um equipamento municipal, estando a ser explorado por uma empresa que tem um determinado rendimento ainda lhe vamos dar indemnização compensatória? Esta é primeira e depois gostaria também de saber efetivamente qual é o montante, em termos de contas, qual é o resultado anual da Palmela Desporto.

Agora indo um pouquinho para a política, que eu não gosto mas vou fazer, quatrocentos e quarenta e quatro mil euros é quatro vezes mais que o total dos contratos com a freguesia da Marateca, três vezes mais que o valor do contrato com a freguesia do Poceirão, três vezes mais com os contratos com a Quinta do anjo, duas vezes mais que o valor dado ao Pinhal Novo e quatro vezes mais que o valor dado a Palmela, ou seja a Câmara Municipal de Palmela vai dar o contrato programa de indemnizações compensatórias a uma empresa Palmela Desporto que é metade do valor que dá a todas as Juntas de Freguesia. Julgo que, e isto parece-me a mim uma pequena parceria público privada porque estamos a indemnizar compensatoriamente. As parcerias público privadas indemnizam compensatoriamente as operadoras de autoestrada, indemnizam compensatoriamente os hospitais, eu não estou a levar isto para o mal eu só estou a dizer que me faz lembrar uma PPP mais pequena porque aí também há indeminizações compensatórias só por isso. Tenho dito Sr. Presidente."

Sr. João Completo Costa do PS:

"Ora mais uma vez bom dia. Eu gosto da política e acho que deve ser dignificada e acho que mesmo os pequenos atos são políticos e até mesmo a intervenção daquele munícipe que veio apresentar a sua queixa é um ato político e esta é a minha posição sobre a política.

Como gosto da política vou tratar deste assunto de forma política. A minha opinião, a nossa opinião, e falar a estas horas da Palmela Desporto digo-vos que é um pouco doloroso mas eu vou tentar explicitar as nossas ideias.

Empresas intermunicipais entendem-se, eu entendo, a sua existência porque projetos que podem abranger dois ou três municípios, estamos a falar de resíduos, águas ou outro tipo de projetos, sinergias, encontram-se aqui rentabilidades. Ou seja através da escala conseguem-se obter rentabilidades e custos de operação mais baixos e como tal repercutir nos munícipes valores mais baixos do que aqueles que existiram se a gestão fosse feita diretamente pela Câmara.

No que toca a empresas municipais já tenho algumas dúvidas, porque não estou a ver onde é que essas rentabilidades, essas eficácias e eficiências possam existir. Relativamente à Palmela Desporto acho que, e esta é a nossa posição política, teria muito mais cabimento, como estamos num concelho rico em coletividades, concelho de cultura e desporto, que uma grande parte do papel que a Palmela Desporto faz poderia ser exercido por essas coletividades. Isto levar-nos-ia para horas de discussão e não é este o âmbito desta proposta.

Pegando concretamente na proposta gostaria que me esclarecessem algumas coisas porque acho que há aqui algumas contradições.

Na proposta parte-se duma premissa que é a seguinte: esta comparticipação financeira é a concretização duma política consubstanciada na prática de preços inferiores ao real custo do serviço prestado. Partindo desta premissa e pegando agora no contrato-programa, e para não me esquecer uma das questões que eu ia colocar é também aquela que o Fernando Nascimento colocou, não encontro aqui qual o tipo de serviço que a Palmela Desporto presta, ou seja iria perguntar o mesmo que o Fernando perguntou, é um contrato só de gestão das atuais instalações e as instalações são do município e isto é um contrato só para gerir as instalações, há rendas? Quem é que paga os custos de manutenção? Só coloco estas duas porque é ignorância minha mas estou a coloca-las. Essa é uma questão que eu gostava de colocar.

Uma das contradições que eu vejo aqui é assim: se esta compensação advém desta prática de preços inferiores quando vamos ao ponto três da cláusula quatro nós vemos aqui que o segundo outorgante

(Palmela Desporto) assume a responsabilidade pela execução de uma gestão que procura a sustentabilidade económica e financeira. Eu acho que isto é contraditório, ou seja se está a haver aqui um subsídio ao défice como é que se pode colocar aqui esta assunção de garantir a sustentabilidade económico e financeira que do meu ponto de vista pressupõe que terá que haver uma gestão que procura receitas, e quando estou a falar de receitas são receitas e não subsídios, digamos que suportem os custos. Isto para mim é que é sustentabilidade económica e financeira duma organização.

Depois há uma outra questão que é a seguinte: pelas contas que eu aqui fiz, e penso que não devem estar erradas, há um decréscimo do Orçamento da Palmela Desporto para dois mil e treze em cerca de sete por cento e a comparticipação da Câmara é de nove por cento. Ou seja não há aqui uma relação, um acompanhamento, porquê esta diferença?

Depois se pegarmos na cláusula sexta penso que há aqui alguma contradição. Partindo da premissa que os preços terão que ser inferiores ao custo real e no ponto número um diz-se que há um aumento médio de dois por cento no número de utentes, garantido tudo bem. Estamos a partir do princípio que a Palmela Desporto tem que garantir um aumento médio de dois por cento, tem que aumentar em dois por cento o grau de autonomia financeira e tem que diminuir em dois mil e catorze o subsídio à exploração em dez por cento, penso que isto é contraditório. Porquê? Porque se nós temos um preço inferior ao custo e se temos um aumento do número de utentes nós estamos a aumentar o défice, correto? Como é que podemos garantir um aumento de dois por cento de autonomia financeira? É possível garantir, agora a pergunta que eu faço é como, aumentar o preço da utilização dos equipamentos? Esta é a pergunta que eu deixo porque se não isto torna-se um pouco contraditório.

Depois há outra questão que é a seguinte: na cláusula sétima e quando se fala dos indicadores de medição dos objetivos setoriais nós temos apenas dois equipamentos, de qualquer forma são quatro os equipamentos que estão sobre a alçada da Palmela Desporto e nós temos aqui só as piscinas, falta o pavilhão de Pinhal Novo e o campo de jogos de Palmela. O que eu pergunto é, se há também objetivos para aqui e quais são.

Por último há uma série de garantias à qual a Palmela Desporto se obriga, incluindo esta da cláusula sexta, e eu pergunto se a Palmela Desporto não cumprir o que é que acontece? Não vejo cláusulas de penalização que geralmente existem num contrato-programa, como é que se vai obter este diferencial? A Câmara vai aumentar a sua participação no subsídio? São estas as questões que eu gostava de colocar."

Sr. Valentim Pinto da CDU:

"Gostaria de tecer só alguns comentários. A comparação que o Sr. Fernando Nascimento fez relativamente aos protocolos é tão infeliz como outras que já aqui foram feitas hoje, porque não faz qualquer sentido. Pode-se pagar nos protocolos, pode-se pagar no fogo-de-artifício, pode-se pagar nos que se gasta em pneus, não faz sentido. Depois comparar uma empresa municipal e uma PPP é risível, é que uma PPP é dar a execução e exploração a um privado que por sua vez tem lucro desse facto, e é isso que os senhores nos vossos governos têm feito. Isto é uma empresa municipal, tem outro estatuto jurídico, prossegue outros objetivos, portanto confundir uma empresa municipal com uma PPP do ponto de vista da seriedade política deixa muito a desejar.

Depois há aqui uma falácia que, sinceramente, esta é que eu coloco. Eu conheço bem a Câmara do Seixal e também já trabalhei na Câmara de Almada e que não têm de facto esta opção. Isto é uma opção e como todas as opções são discutíveis, o facto de ter uma empresa municipal é tudo discutível e é óbvio. Se as câmaras tivessem contabilidade analítica, e conheço a Câmara do Seixal particularmente neste momento como conheci Almada durante dez anos, as áreas do desporto, pelas piscinas, pelas pistas de tartan, pelo fomento da prática desportiva utilizando uma lógica contabilística seriam deficitárias, inevitavelmente, a cultura é deficitária, a intervenção social é deficitária. Se quisermos utilizar conceitos contabilísticos para áreas desta natureza são todas deficitárias porque, obviamente, a função de uma Câmara nomeadamente nestas áreas é prestar um serviço público às populações a preços que têm que ter alguma compensação pela utilização não podem ser em absoluto gratuitos, e não o são, tem que haver inevitavelmente uma comparticipação com critérios. Todos estes serviços em qualquer autarquia que existam na estrutura orgânica dos departamentos de desporto têm normalmente a parte de gestão de equipamento e a parte de

fomento desportivo, é possível também avaliar mesmo sem contabilidade analítica e no Seixal até há estudos sobre isso. É evidente que utilizando esta linguagem, que eu acho absolutamente inapropriada para uma autarquia, que é empresarial são deficitárias ou então têm que ter custos de utilização que do ponto de vista social são iguais a ter uma piscina privada, eu compreendo, e em Almada há situações dessas. Há uma empresa privada na Charneca da Caparica que tem uma piscina e tem toda a legitimidade de ter lucro foi por isso que foi constituída. Não se pode aceitar que uma autarquia tenha como finalidade também ganhar dinheiro, obviamente há aqui uma função social na área do desporto, como na área da cultura e outras, que as autarquias absorvem na sua atividade como qualquer serviço público que se preste. Este é o grande equívoco que tem sempre levado, independente depois destes aspetos mais particulares das contrapartidas, da negociação, aspetos mais técnicos, a questão política central é esta é falacioso quando se está a tentar esmiuçar para chegar à conclusão que esta área é deficitária obviamente é um serviço público que se presta. A recolha dos resíduos sólidos também é deficitária se quisermos colocar a questão nesses termos. Os serviços públicos das autarquias não foram criados nem são serviços para arrecadar dinheiro como a tal piscina municipal da Charneca da Caparica e este é o grande equívoco, a diferença sabem qual é? O facto de haver uma empresa municipal, para o bem e para o mal, torna mais transparente as contas. Enquanto numa estrutura orgânica numa autarquia está diluído não tem contabilidade analítica e é muito mais difícil avaliar os custos de funcionamento e de exploração, aqui tem essa maior visibilidade e este é um pressuposto político que os senhores nunca fazem e olham sempre para uma empresa que faz a prática de fomento desportivo como se tivessem a olhar para uma empresa que está a fabricar sabonetes e que naturalmente tem que ganhar dinheiro com os sabonetes que fabrica. Muito obrigado."

Sr. João Completo Costa do PS:

"Sr. Presidente, respondendo ao Valentim Pinto disse eu nunca disse que uma empresa municipal tem que dar lucro, não disse nada disso. O que eu apenas contesto é o que vem aqui neste documento, eu limito-me a ler o que está aqui e não sou eu que digo mas sim o documento, que a empresa municipal tem que aumentar em dois por cento o seu grau de autonomia financeira. Eu não estou aqui a contestar se deve dar lucro, se não deve dar lucro não são essas as questões, o que estou a contestar é o que aqui está escrito. Eu não estou a dizer que tem que dar lucro já nem vou por aí, porque se for por aí tenho que dizer que para dar um euro de lucro a Câmara tem que meter lá não sei quanto dinheiro porque senão não há lucro, isso são outras questões.

Estou simplesmente a contestar o que está aqui escrito a contestar não a perguntar peço desculpa, como é que se consegue tendo um preço inferior ao custo, aumentando os utilizadores o défice aumenta e é lógico é matemática não tem nada que saber. Se isto acontece eu pergunto como é que acontecendo isto, sem mexer em mais nada, como é que se aumenta em dois por cento o grau de autonomia e como é se reduz o subsídio de exploração em dez por cento. São essas as minhas dúvidas só."

Sr. Presidente da Mesa:

"Não há mais intervenções, Sra. Presidente quer prestar esclarecimentos?"

Sra. Presidente da Câmara:

"Sim Sr. Presidente, gostava de pedir que o Sr. Vereador Adilo Costa, que acompanha a Palmela Desporto, pudesse intervir. Ainda assim duas ou três questões gerais.

A Palmela Desporto foi um projeto aprovado por unanimidade na altura em que foi criado e a própria lei das empresas municipais, creio que do início da década de noventa, também foi aprovada na Assembleia da República e não só com os votos do PCP que tinha apresentado uma proposta. O espírito com que as empresas municipais foram criadas possivelmente já não se reconhece hoje em muitas das realidades pelas quais as empresas municipais foram passando ou para as quais foram evoluindo.

Há hoje uma crítica generalizada às empresas municipais dadas as circunstâncias que elas foram assumindo. Acho que é importante dizermos que no caso da Palmela Desporto estes contratos vão a Tribunal de Contas

e tudo isto é rigorosamente fiscalizado e nós cumprimos todos os rácios que é preciso cumprir do ponto de vista das empresas municipais, temos apenas um membro ao nível do conselho de administração remunerado ao nível das categorias de direção da Câmara Municipal, nunca nenhum dos eleitos teve funções nos órgãos da Palmela Desporto que é outra das coisas que é muito contestada e depois entram as questões financeiras. De facto, há uma evolução entre o momento em que a Palmela Desporto foi criada, quanto à autonomia, e este é um dos grande indicadores que diz da própria saúde da empresa e do quanto ela cumpre com a sua missão. Nós começamos em dois mil e um com uma autonomia de quarenta e oito por cento e estaremos em dois mil e treze com uma autonomia de sessenta e oito por cent, e é aqui que entra o conceito de lucro.

A empresa é municipal e a questão colocada pelo Sr. Membro Fernando Nascimento não tem espaço, estamos a falar de uma empresa municipal só municipal e tudo aquilo que é feito na Palmela Desporto deveria, se ela não existisse, ser feito pela Câmara Municipal e não por outras instituições ou entidades. Nós temos que assumir porque quisemos assumir a política do desporto nas suas várias componentes, realizada da melhor maneira, recorrendo às soluções profissionais e técnicas que é possível, e que numa Câmara Municipal não tínhamos como enquadrar. Dou um exemplo concreto: há uns anos atrás nós não tínhamos, e creio que hoje também não temos, a possibilidade de enquadrar os contratos com os técnicos de natação. Era uma das questões e foi uma das razões pelas quais surgiram empresas municipais em certas áreas, é que as câmaras têm competências e tinham nomeadamente a competência de promover e apoiar o desporto, etc., mas depois não tinha capacidade de ter no seu seio profissionais desta área. Havia outras razões mas lembro-me que esta era uma das questões muito invocadas na altura.

A outra grande questão é quando as empresas municipais não apresentam a tal sustentabilidade financeira que está hoje aqui em questão, a autonomia financeira q.b. que ela não é mais do que isso então fecham, que é caso que já aconteceu recentemente em alguns municípios. Nós temos a Palmela Desporto avaliada e cumprindo todos os indicadores para ser de facto uma empresa municipal saudável, no sentido da sua situação financeira, e sustentável do ponto de vista formal e legal.

Sr. Vereador Adilo agradecia a sua ajuda por favor."

Sr. Vereador Adilo Costa:

"Sr. Presidente se me permite gostaria de deixar só uma nota até porque se falou por que razão é que não seriam as coletividades a assumir até porque houve territórios em que isso aconteceu e é perfeitamente legítimo. A natureza das coisas fez com que aqueles equipamentos já fossem equipamentos municipais e sendo equipamentos municipais como é que seriam melhor geridos, através do próprio município ou através da autonomia, que é isso que se pretende, e da eficácia fora de uma empresa cem por cento municipal mas com uma gestão autónoma.

Chegou-se à conclusão, como disse a Sra. Presidente, por unanimidade que era uma experiência válida porque não havia muitas a nível nacional, foi das primeiras, e haveria vantagens nisso não só pela contratação de professores, porque a contratação de professores para uma piscina não tem que ser a cem por cento com horário estipulado como acontece em qualquer das outras categorias profissionais pois podem ser professores a uma horas, a duas horas ou de uma atividade que naquele momento se está a dar e amanhã têm que mudar para outra que está na moda e tem que ir para a frente. Esta mobilidade numa Câmara Municipal era impossível e numa empresa municipal é possível.

A agilidade de procedimentos é outro fator, comprar o cloro não leva um procedimento que obrigaria a piscina a encerrar por falta de cloro que é muito mais complicado numa estrutura muito mais pesada como uma Câmara. Dando outros exemplos, na Câmara as receitas globais, isto nas receitas e já iremos falar na questão da autonomia financeira que é mesmo isso as receitas próprias, entrariam para o bolo global porque não há receitas específicas de entrada num espetáculo no São João, entram no bolo global, não há receitas de água que vai diretamente para a divisão de águas entram no bolo da Câmara. Aqui não é mais fácil, eles sabem contar qualquer receita que entre na Palmela Desporto é para cobrir as despesas que a Palmela Desporto tem e há um equilíbrio que conseguem fazer em termos de gestão empresarial que é muito mais fácil e também muito mais rápido.

Em relação à autonomia, felizmente que a autonomia financeira que é uma das coisas que hoje mais procura a tal ponte que o próprio Tribunal de Contas, ainda não havia a lei cinquenta de dois mil e doze, nos fiscalizou. Assim como foram as Câmaras houve um rol de empresas fiscalizadas e a nossa foi a que tinha os procedimentos, na generalidade, todos certos o que não quer dizer que não houvesse esta ou aquela irregularidade mas foram perfeitamente sanadas porque não havia problema. A autonomia para a sustentabilidade foi crescendo, e não a autonomia para o lucro como já foi dito e não vale a pena repetir, e vejam a percentagem de autonomia que foi sessenta e cinco vírgula zero dois por cento no final de dois mil e doze e passa para cento e oito por cento em dois mil e treze vai muito além dos cinquenta por cento que a lei obriga para poder passar no conjunto de pressupostos que se não passar num qualquer desses pressupostos a empresa é obrigada a encerrar, basta um.

Quando as vendas e prestações de serviços não cobrem pelo menos cinquenta por cento dos gastos totais dos respetivos exercícios, se, se, verificar que o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a cinquenta por cento, que é o caso que estamos a analisar – aliás é a primeira vez que vem à Assembleia Municipal decorre da lei cinquenta de dois mil e doze porque até agora esta questão era do domínio das reuniões do executivo municipal -, se o resultado operacional, subtraídas as amortizações e apreciações, for negativo e se o resultado líquido for negativo. Basta um destes itens falhar durante três anos para a empresa ser obrigada a dissolver-se, são os critérios que decorrem da última lei, são muito mais apertados e felizmente para nós cumprimos. Houve critérios que sempre cumprimos e houve um critério, já agora que falou do resultado positivo de um euro, tivemos resultado negativo de mil duzentos e dezasseis euros em dois mil e nove. É evidente que até por engenharia financeira, se esta lei existisse, mil duzentos e dezasseis euros não haveria resultado negativo porque facilmente se evitaria um resultado negativo desta ordem.

O que quero dizer é que felizmente é saudável, com muitas dificuldades porque o mercado é muito volúvel, há outras necessidades mais prementes do que ir à piscina, do que praticar desporto.

Em relação ao aparecer só as piscinas e não aparecer o pavilhão de Pinhal Novo nem o complexo desportivo tem a ver com o facto de serem equipamentos usados para práticas de grupo, aqui o que conta é a prática individual e por isso só contam as piscinas. Nos índices que aparecem em anexo diz qual o aumento previsível.

Para terminar gostaria de dizer mais uma coisa que tem a ver com a cláusula sexta e com o aumento de dois e dez por cento. Há um custo mínimo de funcionamento e se numa pista nadarem cinco nadadores e esses cinco nadadores garantirem o custo de funcionamento da pista e se eu tiver capacidade para em vez de lá pôr cinco pôr dez, quinze ou vinte há um custo mínimo e tudo o resto é lucro, está a perceber? É mesmo assim por isso é que é importante, porque aumentando esse diferencial é possível atingir-se esses objetivos. No anexo, que também é novo e não existia nos contratos programa e os Srs. Vereadores da oposição conhecem bem isso, que é um conjunto de metas que somos obrigados a atingir para garantir a existência deste subsídio à exploração e temos que o provar depois."

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 15 votos a favor (14 da CDU e 1 do PSD), 7 votos contra (5 do PS e 2 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

Ponto Dez – Demissão da condição de associado do Município de Palmela – LPCS, AMCH e OICI

Sr. Presidente da Mesa:

"Srs. Membros, alguma questão que queiram colocar?"

Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Logicamente que estamos a falar de mil e qualquer coisa euros por ano que não tem qualquer significado praticamente em termos razoáveis de quotas, mas lamentar não tanto a saída da autarquia de membro associado da AMCH mas porque lamentamos que esta Associação de Municípios com Centro Histórico não tenha uma atividade mais intensa e esteja mais presente em projetos e na defesa, na recuperação e dinamização de centros históricos.

Logicamente iremos votar a favor mas deixamos este lamento que é mais um lamento em relação ao trabalho da associação do que propriamente à saída da autarquia, que compreendemos.

Para terminar gostaria de vos informar que a nossa deputada Julieta não esteve hoje presente na sessão porque foi avó ontem, há poucas horas, pelo que lhe desejamos as maiores felicidades enquanto avó e para o neto que nasceu. Muito obrigada a todos e Boas Festas."

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 22 votos a favor (14 da CDU, 5 do PS, 1 do PSD e 2 do CDS/PP). Aprovado em minuta.

Sr. Presidente da Mesa:

"Desejo-vos a todos e do fundo do coração um ótimo natal e um ano novo pelo menos com saúde, porque quanto ao resto não se antevê que possa ser um bom ano novo.

Gostaria também agora, sem o calor daquela intervenção que proferimos alguns quando discutimos as freguesias e com alguma serenidade que este tempo talvez tenha dado, de vos dizer o seguinte: nós vamos ter uma Assembleia Municipal em fevereiro e eu há pouco tinha dito que o Sr. Deputado Municipal Fernando Nascimento tinha que apresentar, eu agora diria de outra forma convidava-o a que até lá, nessa Assembleia de fevereiro, o Sr. pudesse apresentar provas concretas das afirmações que proferiu porque é a si que lhe cabe, como eu tinha dito, fazer ónus da prova.

A Assembleia Municipal por seu lado e julgo que conjuntamente com a Câmara Municipal iremos observar novamente este assunto, inquirir e também nessa Assembleia darmos conta dos factos que ocorreram efetivamente.

Desculpem mas eu tenho que fazer uma afirmação sentida que é assim:

Neste assunto preocupante das freguesias, muito preocupante, da extinção das freguesias, concretamente das freguesias de Poceirão e Marateca que é o que está em cima da mesa, eu penso que há uns que ainda continuam a lutar e há outros que entenderam desistir.

Bom Natal para todos."

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 01,50 horas do dia 20 de dezembro de 2012, tendo sido lavrada a presente ata, que eu Simplício Joaquim Guerra Piteira, redigi e subscrevi.

Palmela, 20 de dezembro de 2012.